



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FASA
Curso: Comunicação Social
Habilitação: Jornalismo
Orientador: Marccone Gonçalves

Janaina Borges de Pádua Goulart
RA: 20264506

DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL: OMISSÃO NO JORNALISMO IMPRESSO

BRASÍLIA
MAIO, 2006

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FASA
Curso: Comunicação Social
Habilitação: Jornalismo
Orientador: Marccone Gonçalves

JANAINA BORGES DE PÁDUA GOULART

**DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL:
OMISSÃO NO JORNALISMO IMPRESSO**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Centro Universitário de
Brasília, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Comunicação Social com habilitação em
Jornalismo. Orientador: Marccone
Gonçalves**

**BRASÍLIA
MAIO, 2006**

JANAINA BORGES DE PÁDUA GOULART

**DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL:
OMISSÃO NO JORNALISMO IMPRESSO**

BRASÍLIA, 19 DE MAIO DE 2006

APROVADO EM 08 de junho 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Sérgio Euclides
Uniceub – Centro Universitário de Brasília

Prof. Solano Nascimento
Uniceub – Centro Universitário de Brasília

Dedico este trabalho aos meus pais, que mesmo distantes, permaneceram presentes. À minha irmã, meu orgulho, e minha família, base de tudo em que acredito.

O pessimista se queixa do vento, o otimista espera que ele mude e o realista ajusta as velas.

William George Ward

RESUMO

Este estudo se divide em três partes claramente definidas. A primeira busca identificar o panorama atual dos problemas habitacionais do país. A abordagem começa com uma discussão sobre o papel do Estado na provisão de bens públicos, entre eles a habitação, e apresenta o quadro atual da habitação no Brasil e as iniciativas governamentais no setor.

A segunda parte apresenta uma discussão ética sobre o jornalismo público, analisando seu real propósito e disfunções no decorrer do trabalho jornalístico. Uma dessas disfunções consiste no espaço dado a matérias de interesse da classe média em contrapartida à falta de espaço para as classes menos favorecidas.

Por fim, são analisadas matérias dos jornais *Folha de São Paulo* e *Correio Braziliense* no decorrer do ano de 2005 sobre o assunto habitação, onde é comprovada a disfunção proposta acima. Existe jornalismo do público em detrimento ao jornalismo público e isso se deve tanto a conduta das empresas jornalísticas quanto ao trabalho de apuração realizado pelos profissionais da área.

Palavras-chave: Exclusão Social. Déficit Habitacional. Moradia. Jornalismo Impresso. Mídia. Ética

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	PAPEL DO ESTADO	09
3	HABITAÇÃO NO BRASIL	11
3.1	INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS	14
4	JORNALISMO PÚBLICO E ÉTICA	19
5	OMISSÃO DO JORNALISMO IMPRESSO	20
6	ANÁLISE DO CONTEÚDO	22
7	CONCLUSÃO	26
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
	LISTA DE TABELAS	31
	ANEXOS	
	A – Tabelas	32
	B – Matérias – Favelas – Folha de São Paulo – 2005	35
	C – Matérias – Invasões – Correio Braziliense – 2005	55

1. INTRODUÇÃO

O déficit habitacional, resultado de explosões demográficas e falta de políticas públicas efetivas é um problema que afeta grandes cidades do Brasil e do mundo.

As condições subumanas de moradia são consequência do baixo nível de serviço de saneamento e infra-estrutura oferecido pelo Estado em várias regiões do país e da histórica corrente migratória do campo para a cidade em busca dos benefícios da vida urbana.

No Brasil o déficit de habitações atinge milhões de famílias e nesse panorama, pouco se ouve ou lê a respeito. A divulgação mínima do assunto reproduz a falta de interesse por parte dos veículos de comunicação.

Este estudo tem o objetivo de identificar a omissão dos jornais impressos quanto a esta realidade e analisar as razões e consequências do esquecimento deste assunto na pauta da cobertura jornalística, considerando-se que entre as principais funções da imprensa está a de servir a sociedade por meio da fiscalização de políticas públicas.

Para contextualizar o problema da habitação no Brasil, a revisão bibliográfica foi embasada em estudos e relatórios de especialistas no assunto e de instituições como a *Fundação João Pinheiro*, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA) entre outros.

Com esta literatura foi possível apresentar o quadro deficitário do país e criar argumentos mais que suficientes para que o assunto esteja permanentemente em pauta. O número de famílias atingidas pelo problema é impressionante.

Para apresentar o empenho do governo federal e das instituições competentes recorreu-se aos projetos existentes no Ministério das Cidades, e às pautas de projetos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A partir do embasamento teórico, a análise do conteúdo foi baseada em 285 matérias sobre habitação em suas mais variadas vertentes, dos veículos *Folha de São Paulo* e *Correio Braziliense*.

Os pontos abordados foram, primeiramente, a incidência de assuntos relacionados ao déficit habitacional nesse contexto, e em um segundo momento a qualidade de apuração do assunto ao figurar na pauta jornalística.

2. PAPEL DO ESTADO

Sérgio Adorno (2002) em seu estudo sobre exclusão social e violência urbana avalia que, nas duas últimas décadas, novas tendências de crescimento econômico e desenvolvimento social mudaram profundamente o perfil e a dinâmica da sociedade brasileira, tornando-a mais participativa e cada vez mais inconformada com a persistência de seus problemas; mas mesmo com essas mudanças, a concentração de riqueza e a desigualdade social permaneceram com índices inalterados.

Este quadro representa uma série de restrições sociais e materiais à população de baixa renda, estendendo-se evidentemente ao bem habitação, que segundo Cláudio Hamilton M. Santos, (1999, p.8) possui especificidades que justificam a atuação governamental no mercado de habitações:

- (1) A habitação é um bem muito caro, de modo que sua comercialização depende muito de esquemas de financiamento de longo prazo aos demandantes finais.
- (2) A habitação é uma necessidade básica do ser humano, de modo que toda família é uma demandante em potencial do bem habitação.
- (3) A habitação responde por parcela significativa da atividade do setor de construção civil, que, por sua vez, responde por parcela significativa da geração de empregos e do PIB da economia.

O estudo *Déficit Habitacional no Brasil* realizado pela *Fundação João Pinheiro* aponta que evidentemente, o que boa parte da população mais pobre necessita é de uma política de reinserção social, que inclua concomitantemente diversas políticas sociais, entre elas a habitacional.

Cabe então ao Estado desenvolver políticas públicas que proporcionem aos cidadãos condições básicas de habitação. No entanto o papel do Estado tem passado por profundas modificações nas últimas décadas.

Num país de dimensões continentais como o Brasil é praticamente impossível, que o governo consiga suprir a um curto prazo a demanda de habitação, o que leva a discussão do real papel do Estado na provisão de moradia.

Na discussão sobre o papel do estado Edmundo Werna (2001) apresenta a clara tendência de se reduzir a intervenção dos agentes públicos na provisão de bens e serviços de moradia entre outros. Esta transformação significa uma mudança efetiva no papel do Estado, que deixa de ser o de apoio e passa a ser o de facilitação.

Nesse contexto, o setor privado, as ONGs (organizações não-governamentais de caráter voluntarista) e a própria comunidade beneficiária do bem ou serviço surgem como força de provisão.

Itamar Claro (2002) afirma que é nessa conjuntura que algumas propostas apontam o mercado como principal alternativa para o desenvolvimento socioeconômico e outras buscam o fortalecimento da sociedade civil enquanto parceira e agente de políticas públicas.

Além disso, os países em desenvolvimento encontram dificuldades para estabelecer e manter regras adequadas para administrar a prestação de serviços privatizados. Batley (apud WERNA, 1994, p.35) aponta estas dificuldades a

[...] falta de alternativas de mercado; dificuldades das circunstâncias subjacentes; falta de preparação do governo para assumir novos papéis; necessidade de diagnóstico diferenciado, caso por caso; valorização da forma de intervenção estatal e capacidade governamental; falta de clareza das idéias relativas ao desenvolvimento estratégico institucional; falha no julgamento do limite da capacidade de endividamento; baixa qualidade dos projetos, que contêm objetivos pouco claros, termos de referência vagos e erros na escolha dos preparativos para distribuição da assistência técnica; seleção dos consultores estrangeiros mal realizada e inadequada qualificação dos consultores locais; falha na seleção dos candidatos e complementos para treinamento e mau uso do corpo técnico de treinadores; e, finalmente, supervisão inadequada dos projetos, um fator encontrado em mais da metade dos projetos analisados.

Esta “descentralização” das demandas de moradia sobre o Estado apresenta também duas situações conseqüentes apresentadas por Celina Souza (2002). Ao passo em que são criados incentivos para que o governo federal negocie com governos subnacionais a decisão e a implementação de políticas públicas, a experiência brasileira de descentralização com desigualdade desnuda os

constrangimentos e as limitações da descentralização em países historicamente marcados por heterogeneidades regionais e sociais.

Assim, conclui-se que atualmente a privatização reforça a necessidade da competência, da responsabilidade e da eficácia da ação dos governos, de forma a assegurar que as companhias privadas manterão a qualidade e a garantia da provisão adequada dos serviços.

3. HABITAÇÃO NO BRASIL

Apesar da habitação ser um direito garantido aos cidadãos pela Constituição brasileira¹, o *Relatório de Direitos Humanos no Brasil 2004*, organizado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos revela que existe no Brasil um déficit habitacional de 6,6 milhões de moradias. Destas, 5,3 milhões encontram-se em áreas urbanas e 1,2 milhão em áreas rurais.

De acordo com o estudo *Déficit Habitacional no Brasil* realizado pela Fundação João Pinheiro enquanto em 1991 havia a demanda por 5.374.380 novas moradias, em 2000 esse número sobe para 6.539.528 unidades habitacionais representando acréscimo de 21,7% no decurso de quase uma década.

A partir destes índices Vasconcelos e Júnior (1996), destacam que na prática isso representa algo entre 20 a 52 milhões de pessoas no país que não dispunham de habitações adequadas.

Há famílias morando em residências não servidas por saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário), mais de uma família em uma única habitação, em favelas, em cortiços, meros quartos ou salas e até embaixo de pontes.

O aumento deste índice, bem como seu surgimento é atribuído à histórica migração rural aliada à explosão demográfica em determinadas regiões do país, a políticas públicas inconsistentes e a planejamentos urbanos e rurais inadequados.

¹ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

O “inchaço populacional” nas grandes metrópoles e os dados descritos sobre o déficit habitacional revelam a urgência na implementação da reforma urbana nos centros urbanos.

Um exemplo de reforma urbana no Brasil reconhecido mundialmente é a criação da cidade satélite de Samambaia² no Distrito Federal., com o objetivo de assentar a população formada por “famílias carentes oriundas de invasões, cortiços e inquilinos de fundo de quintal”, decorrente do elevado índice de imigração para o Distrito Federal. A cidade encontra-se em fase de conclusão.

Este projeto foi proveniente de um Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT), pelo qual elaborou-se o projeto Samambaia. Em 1988, através do Sistema Habitacional de Interesse Social (SHIS) e com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH) foram construídas 3.381 casas.

Existem também articulações paralelas ao governo em prol da reforma urbana, como o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) criado em 1987 com o objetivo de desenvolver políticas públicas voltadas a promover a reforma urbana nas cidades brasileiras

O Fórum é constituído por entidades dos movimentos populares, associações de classe, ONGS, acadêmicos, técnicos do poder público e instituições de pesquisa sobre questões urbanas.

O governo também tem apresentado iniciativas como a campanha nacional Plano Diretor Participativo – Cidade de Todos³, desenvolvida pelo Ministério das Cidades. O objetivo do projeto é viabilizar a construção de cidades includentes, democráticas e sustentáveis por meio da reforma urbana.

Na Câmara dos Deputados está formada a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)⁴, que tem a atribuição de examinar os projetos de lei relacionados a questões de ordenamento territorial e habitação.⁵

² Samambaia (RA XII/DF) criada oficialmente em 25 de outubro de 1989, pela Lei 49 do Senado Federal e Decreto 11.921/DF

³ Até outubro de 2006, 1.700 municípios brasileiros com população acima de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas precisam elaborar ou rever o Plano Diretor. De acordo com o Estatuto da Cidade – Lei Federal 10.257 - os prefeitos que não providenciarem o Plano Diretor vão incorrer em improbidade administrativa

⁴ Comissão estabelecida pelo art. 32, VII, Regimento Interno da Câmara dos Deputados

Existem projetos de lei⁶ em andamento na comissão que contribuem para a reforma urbana do país, mas nenhuma aprovada:

Tabela 1 – Projetos sobre reforma urbana em tramitação na Câmara dos Deputados

Projeto de Lei	Ementa	Andamento
PL-6870/2006	Altera o art. 53 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências". Explicação: Estabelece que a transformação de uma área rural em zona urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica deve ser feita por meio de lei municipal.	Aguardando Parecer da Comissão 13/05/2006
PL-5107/2005	Dispõe sobre assentamentos habitacionais de baixa renda situados em zona urbana, em área de preservação permanente ou em zona de risco.	Pronta para pauta no plenário 13/05/2006
PL-4748/2005	Introduz alterações na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 181 e 182 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências" - Estatuto da Cidade. Explicação: Incluindo no planejamento municipal a instalação do Sistema Nacional das Zonas Especiais de Interesse Social (SINZEIS) e do Plano Nacional de Regularização das ZEIS (PLANZEIS), visando a regularização do espaço urbano ocupado por assentamentos irregulares.	Pronta para pauta no plenário 13/05/2006
PL-3460/2004	Institui diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano, cria o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas e dá outras providências. Explicação: Criando o "Estatuto da Metrópole".	Aguardando parecer da Comissão 13/05/2006

Fonte: Câmara dos Deputados

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal existe a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, mas não há qualquer matéria proposta até a data em que ocorreu esta pesquisa.⁷

⁵ Na pauta enquadram-se projetos de lei relacionados a urbanismo e arquitetura; política e desenvolvimento urbano; uso, parcelamento e ocupação do solo urbano; habitação e sistema financeiro da habitação; transportes urbanos; infra-estrutura urbana e saneamento ambiental; direito urbanístico, municipal e edilício; ordenação jurídico-urbanística do território; planos nacionais e regionais de ordenação do território e da organização político-administrativa; política e desenvolvimento municipal e territorial; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, regiões integradas de desenvolvimento e microrregiões

⁶ Todas as deliberações das Comissões Permanentes podem ser acompanhadas através do site da Câmara dos Deputados www.camara.gov.br

⁷ 13/05/2006

3.1. INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS

Os governos das últimas décadas não têm apresentado políticas eficientes para projetos sociais e sistemas de habitação que possibilitem o acesso à moradia.

Uma dessas iniciativas, a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) foi marcada pela instabilidade como apresenta José Vasconcelos (1996). O SFH atingiu o auge no fim da década de 70 e início de 80, quando se conseguiu o financiamento de 400 mil novas unidades residenciais por ano, mas o descompasso entre os reajustes salariais e os das prestações era um problema para o sistema.

Como as interferências do governo não foram eficientes, o sistema viu seu declínio e foi implementado então o Plano de Equivalência Salarial (PES). Este plano determinava que as prestações seriam reajustadas anualmente na proporção do aumento do salário mínimo, enquanto os saldos devedores variavam trimestralmente. Assim, o prazo de amortização se elevava, ajustando o descompasso.

Foi criado então o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que quitaria a dívida restante do mutuário do PES, quando o prazo excedia 50% do contrato de início, mas o fundo se sustentou só até o fim da década de 70, quando a inflação não alcançava a alíquota de 45% ao ano.

A partir da década de 80 os desequilíbrios atingiram proporções consideráveis devido à aceleração inflacionária. Em 79, a instituição dos reajustes semestrais dos salários foi descasada com as prestações do PES, que continuaram a ser anuais. Em 1983, a inflação alcançava 200% ao ano, e a queda dos salários reais desencadeou o aumento da inadimplência no sistema.

Em 1984 houve a criação de um subsídio concedido aos mutuários e financiado pelo FCVS. Em 1985, o subsídio foi renovado e generalizado: os mutuários deveriam aceitar reajustes semestrais; em troca, o reajuste das prestações com base na inflação do ano anterior, que deveria ser de 243%, seria somente de 112%. Novamente o FCVS assumia o ônus e nenhum recurso orçamentário seria destinado para cobrir parte desse subsídio.

Por outro lado, o subsídio beneficiou segmentos da população que teriam plenas condições de se autofinanciarem, comprometendo recursos para gerações futuras e resultando em um passivo potencial em torno de US\$ 50 bilhões para o FCVS.

De qualquer forma, o Sistema Financeiro de Habitação ainda hoje beneficia apenas as famílias de classe média. Famílias de baixa renda não têm condições, na maioria das vezes, sequer comprovar a renda e atender aos critérios de elegibilidade para assumir um financiamento habitacional.

Outra iniciativa foi a criação das Companhias de Habitação (COHABs). Em 1964, junto com o Banco Nacional da Habitação (BNH), organizou-se o Sistema Financeiro da Habitação como intervenção governamental no campo habitacional, que deveria atender principalmente a demanda de mais baixa renda.

O SFH passou a atuar através dos Institutos de Orientação a Cooperativas Habitacionais (INOCOOPS), se desdobrando a nível estadual em Companhias de Habitação (COHABs). As companhias promovem políticas de habitação nos Estados onde atuam, auxiliando projetos do governo. Rosana Folz (2004, p.7)

Algumas iniciativas estaduais e municipais também se destacaram. Em São Paulo, a gestão do Governador Mário Covas apresentou uma política habitacional voltada para a revitalização de áreas do estado e programas de mutirão de construções.

O Projeto Revitalização do Centro de São Paulo, desenvolvido pela Secretaria de Governo e Gestão Estratégica tratava da transferência de todos os órgãos do governo do Estado, inclusive sua sede, para a região central da cidade.

No projeto, foram realizadas, entre outras coisas, a recuperação de cortiços, a construção de novas unidades em espaços vazios ou ociosos, a ocupação de imóveis vazios, a criação de condições de segurança e a revitalização e criação de áreas públicas de lazer.

Para a revitalização de cortiços foi criado em 1998 o Programa de Atuação em Cortiços (PAC)⁸ para oferecer melhores condições de moradia e segurança

⁸ Decreto Nº 43.132, de 1º de junho de 1998 – Institui Programa de Atuação em Cortiços (PAC) Diário Oficial v.108, n.103, 02/06/1998.

ao contingente populacional que vivia em situação de permanente risco à saúde e segurança através da revitalização urbana de núcleos históricos e moradias coletivas.

Seguindo a linha de revitalização e urbanização, o programa Cingapura⁹, criado na gestão de Paulo Maluf na prefeitura de São Paulo em 1993, tinha como objetivo beneficiar diretamente um total de 92.000 famílias através da urbanização e verticalização de favelas e de áreas degradadas.

O primeiro conjunto habitacional foi construído na Avenida Zaki Narchi. A Prefeitura alojou as famílias provisoriamente e demoliu os barracos, construindo os 35 blocos do conjunto. Hoje, cada morador paga além da taxa e condomínio de R\$ 25,00, o financiamento de R\$ 57,00 por mês, pelo apartamento de 42 metros quadrados. Os moradores têm 15 anos para quitar o financiamento.

O atual governo federal investiu, em dois anos e meio, R\$ 12,9 bilhões em habitação beneficiando quase um milhão de famílias.¹⁰ Este é o resultado mais expressivo dos últimos anos tratando-se de uma iniciativa governamental.

Na tentativa de priorizar o assunto na pauta governamental foi criado, em 2003, o Ministério das Cidades, que tem como atribuição tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito.¹¹ Hoje 11 Programas habitacionais no ministério direcionados aos destinatários a seguir:

Tabela 2 – Programas habitacionais desenvolvidos pelo Ministério das Cidades para população de baixa renda

Programa	Destinatários finais do Programa
Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários (antigo Morar Melhor)	Famílias com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em assentamentos humanos precários

⁹ Informações sobre o Cingapura disponíveis em <http://www.prodam.sp.gov.br/invfut/cinga/cinga1.htm>

¹⁰ **Portal do Governo Brasileiro.** Boletim *Em Questão*. Editado pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República. Nº 362 - Brasília, 17 de outubro de 2005 http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/.questao/EQ362, acesso em 26/03/2006

¹¹ **Ministério das Cidades**

http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=section&id=7&menupid=31&menutp=conheça_ominstério em 19/03/2006

Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional destinada a Famílias de Baixa Renda (antigo Morar Melhor)	Famílias com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais.
Programa Habitar-Brasil/BID (HBB)	Famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até 3 salários mínimos, que residam em assentamentos precários – favelas, mocambos, palafitas, entre outras - localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados.
Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)	Pessoas físicas com rendimento familiar mensal bruto não superior a R\$ 740,00.
Programa Carta de Crédito Individual	Podem acessar os financiamentos pessoas físicas com renda familiar mensal bruta máxima de até R\$3.900,00 de acordo com a modalidade operacional escolhida
Programa Carta de Crédito Associativo	Podem acessar os financiamentos pessoas físicas com renda familiar mensal bruta máxima de R\$ 3.900,00 para obtenção de financiamentos nas modalidades Aquisição, Construção de Unidades Habitacionais e Reabilitação Urbana; e R\$ 1.500,00 para obtenção de financiamentos na modalidade Produção de Lotes Urbanizados. Há ainda as Operações Especiais que admitem renda familiar mensal superior a R\$ 3.900,00 e até R\$ 4.900,00.
Programa de Apoio à Produção de Habitações	Famílias com renda de até R\$ 3.900,00 (Habitação Popular) ou R\$ 4.900,00 (Habitação/Operações Especiais).
Programa Pró-Moradia	Famílias com renda mensal preponderante de até três salários mínimos nas modalidades, Produção de Conjuntos Habitacionais e Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários; e Estados, Municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações direta ou indireta na modalidade Desenvolvimento Institucional.
Programa de Arrendamento Residencial (PAR)	Famílias com renda mensal até 6 salários mínimos. No caso de profissionais da área de segurança pública, especialmente os policiais civis e militares, admite-se renda mensal até 8 salários mínimos.
Programa Crédito Solidário	Serão beneficiárias finais do programa famílias, organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até três salários mínimos, residente em áreas urbanas ou rurais.
Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H)	O PBQP-Habitat se propõe a organizar o setor da construção civil em torno de duas questões principais: a melhoria da qualidade do habitat e a modernização produtiva.

Fonte: Ministério das Cidades

Aos projetos como o Habitar Brasil e o Pró-Moradia que beneficiam a população carente deve-se destacar seu sucesso no que tange à focalização dos investimentos e a sua efetiva realização ter seus resultados reconhecidos, mas Santos (1999) alerta que este reconhecimento, entretanto não deve obscurecer o fato de que seu alcance, notadamente do Habitar-Brasil e do Pró-Moradia, é inevitavelmente limitado.

Em maio de 2005 foi aprovado no Senado o Projeto de Lei que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). O Fundo, que se propunha a somar e articular todos os recursos para ações em habitação nos níveis federal, estaduais e municipais, e direcioná-los para atender as famílias de baixa renda. A Lei também prevê um Conselho Gestor para o Fundo e a instituição de um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

Mesmo havendo avanços institucionais, estas iniciativas ainda não demonstraram efetividade na erradicação do problema. Apesar da sociedade é essencial que o problema da habitação tenha visibilidade suficiente para sensibilizar as autoridades competentes e as instituições que podem atuar neste cenário, sejam governamentais ou não.

A imprensa torna-se assim a principal ferramenta para a ampla divulgação do problema, mas existe hoje um quadro de omissão do jornalismo impresso em relação a este assunto.

Pouco se lê sobre o déficit habitacional do país nos jornais de grande circulação, o que desencadeia uma série de discussões em dois sentidos: primeiro, a cobertura e o espaço que se dá para o assunto e segundo, quando há cobertura do assunto, a forma como o discurso é apresentado.

4. JORNALISMO PÚBLICO E ÉTICA

O princípio da informação pública é atender a população em sua totalidade. Quando isto não acontece, automaticamente a informação se torna objeto propagador de injustiças. Bernardo Kucinski (1998, p. 92) apresenta:

Uma informação que não se ajusta aos princípios da ética, ou malinforma, desinforma ou deforma. Ao não ser moralmente correta, torna-se automaticamente injusta. A partir disso nos damos conta de quanto o profissional da comunicação deve municiar-se de uma educação moral saudável se não quiser arriscar-se a prestar um péssimo serviço à sociedade e desprestigiar a sua profissão.

Sem compromisso com a verdade, não há compromisso público e sem compromisso público é impossível ter credibilidade. Luiz Martins da Silva (2002) aponta que sem credibilidade, a imprensa será apenas um simulacro da realidade e não uma representação da mesma:

“A imprensa, portanto, é um poder auxiliar do cidadão, mas, se se voltar contra os interesses do cidadão que, em suma, é o interesse público, também estará descolada de sua principal razão de existir.”

Para cumprir tal função, a ética mostra-se imperativa na atividade jornalística. Kucinski (1998, p.90) aponta que a necessidade da ética informativa brota da própria natureza da informação, que se insere no contexto da justiça social e dos direitos humanos.

O direito de informar e receber informação é um serviço à comunidade que responde diretamente a este direito fundamental. O ideal do trabalho jornalístico é o compromisso com a verdade, isto por que “virtualmente, a imprensa exerce por delegação da sociedade e dos cidadãos, o poder de fiscalizar os outros poderes, o que significa, por excelência, a tarefa de dar visibilidade à coisa pública.” (Silva, 2002, p.48).

Mas é de conhecimento geral que instituições dotadas de poder podem se desvencilhar de suas reais funções. Os noticiários acompanham freqüentemente a corrupção dos poderes fiscalizadores. E a imprensa, como “fiscalizadora” a serviço da sociedade, está portanto, passível de sofrer semelhante disfunção.

Nesse sentido é possível a imprensa atender ao interesse do público em detrimento ao interesse público. Visto que o jornalismo nasceu de uma revolução que atendia a interesses burgueses Berger (2002, p.279) aponta:

a posição negada em nome do princípio liberal do jornalismo – a imparcialidade – é que confirma a função que a história reservou à imprensa. A ela cabe, em última instância, organizar discursivamente o mundo como convém a quem o domina.

Estas são as questões que envolvem a omissão do jornalismo impresso quando se trata de problemas sociais como o déficit habitacional do país. Além da omissão evidente, as poucas evidências do assunto na pauta jornalísticas apresentam através do conteúdo, empresas jornalísticas a serviço dos respectivos governos.

5. OMISSÃO NO JORNALISMO IMPRESSO

Os acontecimentos, segundo Traquina (1999, p. 169) constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria prima digna de adquirir a existência pública de notícia, numa palavra – noticiável (*newsworthy*).

Nessa seleção Hall (1999, p. 224) acrescenta que os acontecimentos e tópicos devem estar de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas.

Partindo desse pressuposto, entende-se que a escolha das pautas deve obedecer às necessidades sociais, dotadas de caráter imparcial, mas Silva (2002, p. 50) identifica na relação entre imprensa e sociedade características que pressupõe uma relação de poder da primeira sobre a segunda.

“Em geral, a relação que se estabelece, não só por um hábito meramente mecanizado, é no sentido imprensa – sociedade, e não na orientação sociedade – imprensa, podendo-se dizer o mesmo com relação ao campo da cidadania.”

Esta relação proporciona aos veículos a liberdade de selecionar os assuntos relevantes de acordo com os critérios que lhes couber. Traquina (1999 p. 11) aponta:

Por um lado determinam quais são os acontecimentos (assuntos e problemáticas) com direito a existência pública e que, por isso, figuram na agenda de preocupações, como temas importantes da opinião pública (é o conceito de *agenda-setting*). Por outro lado, definem o(s) significado(s) dos acontecimentos (assuntos e problemáticas), oferecendo interpretações de como compreendê-los.

Nesse contexto, a sociedade que não tem possibilidade de acompanhar os fatos de perto consome a informação e na maior parte das vezes não questiona ou critica o conteúdo, em parte por falta de interesse, em parte por acreditar no que leu.

Se toda a produção jornalística for direcionada a um público específico, e os interesses públicos não fizerem parte das pautas, quer dizer que de certa forma as escolhas das matérias publicadas atendem a algum interesse.

A análise de matérias dos jornais *Folha de São Paulo* e *Correio Braziliense* publicadas no ano de 2005 apontam num total de pautas sobre questões habitacionais a omissão evidente do jornalismo sobre o déficit habitacional, enquanto pautas de interesse à classe média são constantes.

Afinal, o jornalismo está sendo direcionado ao cidadão ou ao consumidor? Moretzsohn (2001) numa abordagem sobre a publicização do jornalismo lembra que o último manual de redação do jornal *Folha de São Paulo* deixa claro que considera notícias e idéias como mercadorias a serem tratadas com rigor técnico:

Cinco anos depois, o Projeto Editorial 97, publicado em duas páginas no caderno principal de um domingo, 17 de agosto de 1997, reitera essas premissas, procurando justificar-se através de uma análise das recentes mudanças ocorridas no mundo, na qual sedimenta a idéia do mercado como regulador da atividade jornalística e das próprias ações humanas.

Neto in Moretzsohn (2001 p. 2) ressalva que encarar a informação como produto não lhe retira o valor simbólico, mas implica que “o próprio conteúdo passou para a escala do consumo”.

Esses fatos vêm de encontro aos dados coletados a partir da análise realizada. O espaço dado às questões relacionadas ao déficit habitacional é praticamente inexistente, entendendo-se que a classe a quem interessa a cobertura desses fatos não é considerada de fato, consumidora.

6. ANÁLISE DO CONTEÚDO

Foram coletadas no ano de 2005, 285 matérias que tinham como pauta questões habitacionais, sendo 161 do jornal *Folha de São Paulo* e 124 do *Correio Braziliense*. A *Folha de São Paulo* se mostra mais solidária ao assunto, mas na apuração comete injustiças no critério de seleção de fontes.

As matérias foram classificadas de acordo com suas incidências e respeitando-se os termos utilizados nos dois veículos. Um exemplo disso é a categoria “Favela” do jornal *Folha de São Paulo* que corresponde à categoria “Invasão” no *Correio Braziliense*, termo este comumente utilizado no Distrito Federal.

O discurso elitista está presente em ambos os veículos e o público a que se destina o conteúdo é claramente considerado consumidor, possuidor de imóveis ou apto a aquisição de um.

De um total de 124 matérias publicadas no *Correio Braziliense* 74 eram de interesse exclusivo da classe média, enquanto a *Folha de São Paulo* apresentou um total de 64 matérias nesta mesma condição.

Nessa linha, a categoria com maior incidência é Financiamento Habitacional, com 47 matérias na *Folha de São Paulo* e 26 no *Correio Braziliense* (ver Anexo A - Tabela 3, p. 32).

Outra categoria relevante à classe média, esta, no caso do *Correio Braziliense*, é a regularização de condomínios e loteamentos, que apresentou 22 incidências, a segunda pauta mais apresentada no veículo.

Entrando na esfera das matérias que atentem à realidade das pessoas atingidas diretamente pelo problema, as únicas matérias de análise profunda foram pautadas por um estudo realizado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) apresentado em setembro de 2005.

O estudo apresentou a projeção de que o déficit habitacional mundial atingirá 3 bilhões de pessoas em 2030. A partir da matéria principal o assunto foi repercutido em mais duas na *Folha*. Além destas, mais três pautas apresentaram discussões sobre o assunto, num total de 06 matérias.

O *Correio Braziliense* não divulgou qualquer informação sobre o assunto, atendo-se a pautas sobre os índices de IDH, mas no total apresentou mais matérias sobre déficit habitacional que a *Folha de São Paulo* num total de 8 matérias.

Seguindo o número de pautas sobre o déficit habitacional, as opiniões também quase não aparecem. No ano de 2005 houve 02 artigos na *Folha de São Paulo* e 03 no *Correio Braziliense*. Destes, um artigo de cada veículo era editorial.

As pautas categorizadas como “Favelas” na *Folha de São Paulo* e “Invasões” no *Correio Braziliense* foram selecionadas para a análise das fontes, pelo fato de que se tratam de assuntos em que há a expectativa de se ouvir todos os personagens envolvidos (ver anexo A - Tabela 4, p. 33 e Tabela 5, p. 34).

O resultado é que as apurações buscam, em maior parte, as autoridades e a população que não é atingida diretamente pelo problema, principalmente nas matérias em que se trata do crescimento desordenado de favelas.

Nesse contexto, a população geralmente é ouvida numa posição contrárias aos favelados, termo utilizado nas matérias.

Num total de 27 matérias nesta categoria, a *Folha de São Paulo* ouviu 40 pessoas atingidas diretamente pelo problema, sendo que dessas 40, nove eram fontes não identificadas referidas em passagens como “dizem na região” ou “os moradores acham um absurdo”. São fontes que não têm aspas ou nomes.

Em contrapartida, as 60 fontes ouvidas entre autoridades e população não atingida diretamente estavam em sua totalidade identificadas com nome, idade e profissão.

No *Correio Braziliense* a desigualdade é maior. 9 pessoas atingidas foram ouvidas e 27 fontes entre autoridades e população não atingida para um total de 9 matérias. O total de matérias acompanha o descaso com o assunto.

O jornal *Folha de São Paulo* apresenta falhas em apuração de matérias sobre favelas enquanto no jornal *Correio Braziliense* o problema é superficialmente apresentado.

Existe nas matérias a tendência à marginalização da classe desfavorecida. Exemplo disso é a matéria *Favelas avançam sobre as linhas de trem* publicada no Jornal *Folha de São Paulo*:

Ao entrar no trem que a leva diariamente ao trabalho, a vendedora Andréia Rodrigues Silva, 29, procura sentar sempre longe das janelas de vidro. Tenta evitar, assim, ser alvo de uma pedrada. 'Quando o trem passa perto das favelas, fico bem escondidinha. Já vi gente ser atingida e de vez em quando ouço os barulhos das pedras batendo no vagão', conta.¹²

Nesta matéria foram ouvidas seis fontes: duas mulheres que utilizam o serviço do metrô, uma fonte identificada apenas como ajudante-geral (não ficou claro se era funcionário da companhia de metrô ou usuário), o gerente de atendimento ao Usuário da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), a Secretaria de Infra-Estrutura Urbana de São Paulo e a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo.

A única menção às pessoas que moram à beira dos trilhos se deu no seguinte trecho: "A passagem das composições, de 15 em 15 minutos, é anunciada por um apito estridente – 'o despertador' da favela, **como dizem no local**." Grifo nosso.

Em momento algum ficou evidente que a população atingida foi realmente ouvida. A matéria começa com uma acusação: "Já vi gente ser atingida e de vez em quando ouço os barulhos das pedras batendo no vagão".

Esta matéria marginaliza e condena a população atingida diretamente a partir do momento em que aparentemente não buscou ouvi-la. Tuchman (1999, p. 79) alerta:

Os jornalistas vêem a afirmação 'X disse A' como um 'fato', mesmo que 'A' seja falsa. Isto cria problemas tanto ao repórter como à empresa jornalística. Primeiro o leitor quer supostamente saber se a afirmação 'A' é um fato, e uma função da notícia é dizer ao leitor o que ele quer e deseja saber.

Tuchman (1999, p. 81) continua "os jornalistas vêem as citações de opiniões de outras pessoas como uma prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar da notícia e deixam os 'fatos' falar."

São questões como essa que podem passar imperceptíveis ao leitor, e imediatamente contribuem para a marginalização e conseqüente desigualdade social no país.

¹² Folha de São Paulo. 03/08/2005. Caderno Cotidiano p. C6. AMARÍLIS LAGE; LUIZ CARLOS MURAUSKAS

Outra categoria constante nas pautas são as ocupações realizadas por Sem Teto. A *Folha de São Paulo* evidentemente possui a autoria da maior parte das pautas, visto que a cidade de São Paulo é palco constante deste tipo de manifestação.

Foram ao todo 32 matérias sobre o assunto, enquanto o *Correio Braziliense* apresentou 4, mas um fato marcante a ser apresentado aqui é a questão de escolha de pauta.

A *Folha de São Paulo* cobriu os confrontos ocorridos na cidade de Goiânia entre os meses de fevereiro e março provenientes de uma ocupação de sem teto com melhor performance que o *Correio Braziliense*, que geograficamente teria maiores possibilidades de fazer a cobertura dos fatos.

Enquanto o *Correio Braziliense* apresentou 03 matérias sobre o assunto, a *Folha de São Paulo* apresentou 07, inclusive com fatos não noticiados pelo *Correio Braziliense*.

CONCLUSÃO

A análise das matérias leva a conclusão de que, ao omitir a realidade dos problemas sociais no país, o jornalismo inevitavelmente contribui para o agravamento dos mesmos, a partir do momento em que a omissão, na maioria das vezes encobre negligências cometidas pelo governo ou instituições envolvidas.

Outro aspecto, talvez este o mais importante, é que, quando há a cobertura de pautas relacionadas ao assunto, apresenta-se em grande parte dessas matérias, uma série de negligências. A partir do momento em que o repórter aceita a declaração de uma fonte como a verdade e não ouve outras, está imediatamente apresentando uma realidade que pode ser incompleta ou falsa.

Neste trâmite fere-se a identidade de milhões de cidadãos que são marginalizados constantemente nos noticiários sem qualquer espaço para resposta. São famílias já desestruturadas por sua condição social e que vivem sob constante pressão e medo de ter o 'barraco' demolido a qualquer momento.

Some-se a isso as crianças dessas famílias, que quando têm acesso a qualquer informação a respeito de sua realidade social, confrontam-se com um quadro de desânimo, muitas vezes mantido para o resto de suas vidas.

O círculo assim se mantém alimentado por toda a imprensa, independentemente do jornalismo impresso. Acompanhamos pela TV imagens editadas de 'favelados' agredindo policiais em situações de reintegração, e é essa a imagem que o público registra.

Este público, em sua grande maioria, forma opinião através das matérias que lê. Dessa forma a marginalização se propaga e o 'favelado' será assim o eterno sem-teto invasor de áreas públicas.

A cobertura do problema é superficial e resumida a favelas, invasões e grupos que ocupam locais públicos. Publicar que a fonte 'A' disse 'X' enquanto a fonte 'B' disse 'Y' não promove a conscientização popular, principalmente no contexto em que são colocadas as aspás na maioria das vezes.

Falta discussão sobre o assunto, falta preocupação, falta sensibilidade e cuidado ao tratar do tema. Se o déficit habitacional é pauta governamental apenas em

período de campanhas eleitorais, deve figurar nos jornais com uma frequência que mantenha o assunto constantemente em pauta popular

As pessoas que vivem em barracos ou nas ruas não estão nessa condição por vontade própria. A imprensa nesse contexto é o maior, senão o único meio de sensibilização e divulgação ampla deste problema que afeta milhões de cidadãos.

O desaparecimento das pessoas no debate público que se apresenta hoje é proporcional à falta de interesse das instituições governamentais, e é nesse contexto que a responsabilidade dos profissionais e empresários de comunicação se faz essencial.

Quando se lê apenas um editorial sobre déficit habitacional em 365 dias e uma média semanal de quatro editoriais sobre escândalos políticos fica claro o desinteresse sobre o assunto.

Nessa linha seguem os repórteres que acabam promovendo reportagens quase abstratas, baseadas em fatos que parecem existir. E em meio a 73 matérias sobre financiamento habitacional encontra-se ainda uma cujo título é “Agora é a vez da classe média”, como se ela não estivesse em pauta a maior parte do tempo e como se o financiamento habitacional fosse desde sempre direcionado a classe baixa.

Outro aspecto, a marginalização das pessoas atingidas diretamente pelo déficit habitacional, é uma questão delicada de tratar a partir da análise das matérias. Os repórteres costumam colocar a opinião de pessoas não atingidas diretamente pelo problema, como vizinhos de favelas (em muitos casos, classe média), sem ouvir o outro lado.

Essa marginalização é constante e desonesta, visto que a opinião dessas fontes se refere à população diretamente atingida de forma geral. Dessa forma, se se ouve tiros à noite, a favela é um ‘antro’ de violência; se há uma ocupação violenta de imóvel, todos os que fazem parte dela são considerados delinquentes.

Esquece-se que existem famílias lá, que existem crianças e idosos, e que a invasão, grande parte das vezes serve mais como manifesto que a busca de um lugar para viver.

A partir daí chega-se a uma triste tendência na imprensa. Para que grupos ou movimentos consigam dar visibilidade às suas causas, é imprescindível o papel da

imprensa. O que acontece hoje, é que apenas a partir de manifestações violentas subseqüentes, os movimentos conseguem essa visibilidade.

Nenhum grupo consegue visibilidade convocando uma coletiva e mostrando sua lista de reivindicações. Isto nunca foi pauta, mas através de uma manifestação grandiosa ou de atos violentos, a imprensa jamais obviamente acompanhará.

Um exemplo é o Movimento dos Sem Terra (MST). O movimento ganhou visibilidade a partir do momento em que começou a assentar acampamentos em terrenos de terceiros, sendo que grande parte das ações usava de violência para garantir o sucesso.

Outros movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, buscam cada vez mais a visibilidade na imprensa para que suas reivindicações sejam ouvidas, mas sempre através de manifestações não pacíficas.

É como se a imprensa também julgasse. Nunca se viu uma pauta sobre a realidade dos Sem Teto sem estar vinculada a qualquer invasão ou demonstração de violência, e este é o pior julgamento que a imprensa faz. Condena a visibilidade das pessoas diretamente atingidas pelo déficit habitacional a manifestações ou iniciativas violentas.

Em momento algum este trabalho pretende apresentar estes movimentos e grupos de pessoas como isentas de qualquer responsabilidade, mas assim como a classe média comete crimes, a classe menos favorecida também comete, e nem por isso a classe média é marginalizada generalizadamente.

A partir do momento em que os veículos propiciarem visibilidade aos problemas de déficit habitacional do país e suas nuances, a pauta governamental inevitavelmente acompanhará a tendência e a população, principalmente a carente, poderá se enxergar como membro da sociedade sem resquícios de marginalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul./dez. 2002. p. 84-135.

BERGER, Christa. *Do Jornalismo: Toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar a gente publica*. In: MOUILLAUD, Maurice - *O jornal: da forma ao sentido* - Maurice Mouillaud, Sérgio Dayrell Porto (org.), Adriano Duarte Rodrigues et al, Tradução de Sérgio Grossi Porto. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Pág 273 a 284.

BRASIL. Boletim *Em Questão*. Editado pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República. Nº 362 - Brasília, 17 de outubro de 2005 http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/.questao/EQ362. Acesso em: 26 mar. 2006

CLARO, Itamar Bento. *Gestão comunitária: estudo de uma nova articulação estado/sociedade civil no parque proletário de Vigário Geral*. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2002. 110 p

FOLHA DE SÃO PAULO. 03/08/2005. Caderno Cotidiano p. C6. AMARÍLIS LAGE; LUIZ CARLOS MURAUSKAS

FOLZ, Rosana. *Habitações Econômicas Paulistas: análise dos projetos das unidades dos atuais programas habitacionais*. USP, São Paulo, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil*. Projeto Pnud-Sepurb/BRA/00/019, Belo Horizonte, 2000, p.8

_____. *Déficit Habitacional no Brasil. Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas*. 2 ed. Belo Horizonte, 2005, p.86

HALL, Stuart et al. *A produção social das notícias: O mugging nos media*. In: TRAQUINA, Nelson - *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"* - Org. Nelson Traquina. Lisboa, Portugal, Vega Editora, 1999. p. 224 a 248.

KUCINSKI, Bernardo. *A Síndrome da Antena Parabólica: ética no jornalismo brasileiro*: 1ª reimpressão São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conheça o Ministério. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=section&id=7&menupid=31&menuitp=conheçaoministério>>. Acesso em 19 mar. 2006.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Plano Diretor Participativo. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_frontpage&Itemid=70>. Acesso em: 21 abr. 2006.

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2001.

NETO, Alcino Leite. In Moretzsohn. *Admirável novo jornalismo*. Folha de S. Paulo, 28 de julho de 1998, p.2.

PORTAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <http://www.districtofederal.df.gov.br/003/00301020.asp?ttCD_CHAVE=5228>. Acesso em: 05 mai. 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título I, Art. 6º. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 30 mar. 2006.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. *Políticas Federais de Habitação no Brasil:1964/1998*. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA. Brasília, 1999.

SILVA, Luiz Martins da – Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições in MOTTA, Luiz Gonzaga da (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília, Editora da UnB, 2002

SOUZA, Celina. *Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização*. *Ciênc. saúde coletiva*, 2002, vol.7, no.3, p.431-442.

SYDOW, Evanize e **MENDONÇA**, Maria Luisa (Org.) REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Relatório de Direitos Humanos no Brasil 2004*. São Paulo, 2004.

TRAQUINA, Nelson. *Introdução Geral*. In: TRAQUINA, Nelson - *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"* - Org. Nelson Traquina. Lisboa, Portugal, Vega Editora, 1999. p. 11

TUCHMAN, Gaye, *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson - *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"* - Org. Nelson Traquina. Lisboa, Portugal, Vega Editora, 1999. p. 74 a 90.

VASCONCELOS, José Romeu & **JÚNIOR**, José Oswaldo Cândido. *O Problema Habitacional no Brasil: Déficit, Financiamento e Perspectivas*. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA. Brasília, 1996

VERNA, Edmundo et al. *Pluralismo na Habitação* (baseado nos resultados do Projeto “O novo papel do Estado na Oferta de Habitação: parceria entre agentes públicos e não-públicos: convênio 63.96.0737.00 - Finep”). São Paulo, 2001.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projetos sobre reforma urbana em tramitação na Câmara dos Deputados..	13
Tabela 2 – Programas habitacionais desenvolvidos pelo Ministério das Cidades para população de baixa renda.....	16
Tabela 3 – Matérias sobre habitação no ano de 2005 organizadas por categorias.....	32
Tabela 4 – Fontes utilizadas em matérias sobre favelas – <i>Folha de São Paulo</i>	33
Tabela 5 – Fontes utilizadas em matérias sobre invasões – <i>Correio Braziliense</i>	34

ANEXOS

ANEXO A – Tabelas

ANEXO B – Matérias sobre habitação Folha de São Paulo - 2005

ANEXO C – Matérias sobre habitação Correio Braziliense - 2005

Tabela 4 – Fontes utilizadas em matérias sobre favelas – *Folha de São Paulo*

Folha de São Paulo – Categoria Favelas						
		População Atingida			Instituições	
Data	Título	Identificada	Geral	População	Autoridades	Fonte Zero
19.12	Concurso elege projeto para mudar Rocinha			2		
19.12	Rocinha faz concurso para virar novo bairro			2	1	
16.12	Para tucano, morador é suspeito de incêndio	1			3	
14.12	Barracos sob a passagem da Paulista são retirados	2			1	
02.12	Favela foi transferida da zona sul		3		1	
17.08	O que ganho só dá para a comida'	5		1		
13.08	Após 5º incêndio, favela sonha com seu fim	1		1	2	
13.08	TCM suspende licitação de Paraisópolis				2	2
13.08	O projeto para Paraisópolis				1	
13.08	Secretário diz que ação deve continuar na próxima semana				1	
13.08	Só pude salvar meus filhos'	3				
13.08	A saga da favela Zaki Narchi					
08.08	Favela dará lugar a parque na zona norte	1			1	
07.08	Vivemos em um elefante branco'			2		
07.08	Favela regularizada valoriza Morumbi			2	1	
03.08	Favelas avançam sobre as linhas de trem	1	1	2	4	
29.06	Morador de favela consegue posse de área popular	3				
14.06	Última favela de bairro nobre de SP é demolida em reintegração	1		2	1	
14.06	A favela no Alto de Pinheiros					
14.06	Terreno é de interesse social				2	
09.06	Morador de favela vizinha à Daslu pede ajuda	4		4	1	
08.06	Conflito impede reintegração em área verde	1		1		
06.03	Favelas escalam a serra do Mar e ameaçam parque florestal em SP	2	1	1	7	
22.02	Incêndio em favela deixa mil desabrigados	1	1		6	
22.02	Vítimas querem reconstruir barracos	2	1			
10.02	Justiça determina remoção da única favela do Alto de Pinheiros	1	2	2	1	1
10.02	'Não tem jeito', afirma morador	2		2		
Total		31	9	24	36	3

Tabela 5 – Fontes utilizadas em matérias sobre invasões – *Correio Braziliense*

Correio Braziliense - Categoria Invasões						
		População Atingida			Instituições	
Data	Título	Identificada	Geral	População	Autoridades	Fonte Zero
13.12	E a favela começa a virar cidade	2			2	1
23.11	Invasores resistem à remoção	2		1	1	
21.11	Invasão de risco	3			1	1
05.10	Nova invasão na Estrutural	1			3	
05.10	Mais seis pessoas presas	1			1	
02.10	Invasões sem fim	4		1	4	
15.07	Minha casa fica num parque	4		1	4	
21.04	Incansável e grilada	1		1	2	
15.04	Invasores retirados				5	
Total		18		4	23	2

ANEXO B – Folha de São Paulo

FEVEREIRO

22/02/2005

Autor: JAVIER CONTRERAS

Origem do texto: DO "AGORA SÃO PAULO"

Editoria: COTIDIANO Página: C5

Edição: São Paulo Feb 22, 2005

Legenda Foto: Bombeiro tenta apagar o incêndio que deixou cerca de mil desabrigados, ontem, na zona leste; Destroços de casas de moradores da favela Nelson Cruz (SP)

Crédito Foto: Diego Padgurschi/Folha Imagem; Rogério Cassimiro/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: FOGO

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; HABITAÇÃO; FAVELA NELSON CRUZ; INCÊNDIO; TATUAPÉ /BAIRRO/

Labaredas podiam ser vistas da av. Paulista; moradores foram conduzidos para espaço pertencente a federação espírita

Incêndio em favela deixa mil desabrigados

DO "AGORA"

Um incêndio que começou por volta de 1h30 da madrugada de ontem, na favela Nelson Cruz, no bairro do Tatuapé (zona leste da cidade), deixou cerca de mil desabrigados e causou intoxicação em algumas pessoas. Ninguém ficou gravemente ferido.

Segundo os bombeiros, a prefeitura e a população local, há duas hipóteses para a causa do incêndio. A primeira seria uma briga entre um casal da moradores, durante a qual a mulher teria, supostamente, ateado fogo por vingança ao barraco onde eles viviam; a segunda, de que uma sobrecarga elétrica, causada pelo excesso de "gatos" (ligações clandestinas de eletricidade) na favela, teria iniciado o incêndio.

O fogo foi intenso. Destruiu barracos e construções de alvenaria, causando enorme prejuízo aos moradores. Suas labaredas chegaram, segundo os bombeiros, a mais de vinte metros de altura. O incêndio só foi controlado por volta das 6h, após o contínuo trabalho de 150 homens distribuídos em 30 carros do Corpo de Bombeiros.

Nesse intervalo, o desespero tomou conta dos moradores madrugada a dentro. "Fui acordado pelo barulho de uma explosão e a primeira coisa que fiz foi tentar salvar minha família", disse o desempregado José Assis, 31 anos.

De acordo com o tenente Henguel Ricardo, o incêndio foi considerado de grandes proporções e a operação somente encerrou-se por volta das 12h. "Apesar de a favela ser horizontal, muitas edificações em alvenaria são construídas com até três andares, o que dificultou o salvamento das pessoas e nos obrigou a destruir alguns desses locais, que se tornaram perigosas áreas de risco. Também tivemos de resfriar o solo atingido por toda manhã", disse o tenente.

A Subprefeitura da Mooca conseguiu a liberação do espaço pertencente a uma federação espírita localizada próxima à favela para receber os desabrigados. "Os moradores pediram que os alojamentos fossem em algum local próximo, pois não queriam ficar longe de seus trabalhos", disse o subprefeito Walter Bellintani. A administração municipal afirmou que vai tentar encaixar todas as vítimas do incêndio em programas habitacionais.

Com a ajuda de igrejas católica e evangélica, foram arrecadados alimentos e roupas para os desabrigados.

(JAVIER CONTRERAS)

22/02/2005

Autor:

Origem do texto: DO "AGORA SÃO PAULO"

Editoria: COTIDIANO Página: C5

Edição: São Paulo Feb 22, 2005

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; HABITAÇÃO; FAVELA NELSON CRUZ; INCÊNDIO;

TATUAPÉ /BAIRRO/; MORADOR

Vítimas querem reconstruir barracos

DO "AGORA"

A desolação estava estampada ontem nos rostos de centenas de desabrigados, que, pela manhã, perambulavam pelas vielas da favela destrocada pelas chamas. De cabeça baixa, muitos ainda tinham a esperança de encontrar algum pertence em meio à pilha de escombros.

"Perdi tudo. Móveis e eletrodomésticos. Só consegui salvar um álbum de fotografias da família", disse o açougueiro Antônio Alves Feitosa Filho, 31 anos, que vivia há dez anos num barraco com a mãe, um filho e dois irmãos.

Após o incêndio, os moradores se reuniram e decidiram reconstruir os barracos da favela, que existe há 32 anos. Nela vivem, segundo a associação de moradores, 650 famílias e mais de 4.000 pessoas _mil delas (180 famílias) agora sem lar. "Ainda temos dignidade e vamos trabalhar juntos para reconstruir as casas", disse a dona-de-casa Vera Lúcia Ferreira, 40 anos, 17 deles na favela.

10/02/2005

Autor: VICTOR RAMOS

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C1

Edição: São Paulo Feb 10, 2005

Legenda Foto: Favela na rua Djalma Coelho, no Alto de Pinheiros (zona oeste), que será desocupada pelos moradores

Crédito Foto: Tuca Vieira/Folha Imagem

Arte: QUADRO: A FAVELA NO ALTO DE PINHEIROS

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: RUMO À PERIFERIA

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; HABITAÇÃO; JUSTIÇA; ALTO DE PINHEIROS /BAIRRO/;

DESOCUPAÇÃO; FAVELA; REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Batalha judicial se arrasta há 30 anos; moradores e proprietários negociam saída pacífica

Justiça determina remoção da única favela do Alto de Pinheiros

VICTOR RAMOS

DA REPORTAGEM LOCAL

Depois de cerca de 40 anos, a única favela do Alto de Pinheiros, bairro de classe média alta na zona oeste de São Paulo, está prestes a ser desocupada. A Justiça decidiu pela reintegração de posse aos proprietários da área e a saída dos atuais moradores deve ocorrer neste semestre.

A favela, localizada na rua Djalma Coelho, é vizinha de casas e prédios de alto nível e fica próxima de áreas como a Vila Madalena e a praça do Pôr-do-Sol.

A decisão pela reintegração foi tomada pelo Tribunal de Alçada Civil, em segunda instância, no final do ano passado, e tem poucas chances de ser modificada, conforme admitem os próprios advogados dos moradores.

De acordo com a Associação em Defesa da Moradia, que representa os moradores na Justiça, aproximadamente 100 famílias vivem no lugar.

Antonio de Arruda Sampaio, advogado dos proprietários do terreno, disse que a expectativa é conseguir uma solução negociada para a saída dos moradores. "A esperança é que haja um entendimento entre as partes."

Os moradores da favela também esperam uma saída negociada, recomendada por seus próprios advogados. Representantes dos proprietários da área discutem valores com algumas famílias que vivem no local para que elas deixem a favela. Segundo a Folha apurou, esses valores variam em torno de R\$ 4.500, dependendo do tamanho da casa.

O prazo que vem sendo discutido para a saída, dentro desse acordo, vai até abril. Segundo os moradores da área, as famílias que vivem na favela estão cientes da situação e não pretendem

resistir à decisão judicial. Eles disseram que a intenção da maioria é sair antes que haja uma ação de despejo com uso de força policial.

A disputa judicial em torno da área já vem se arrastando por mais de 30 anos, com decisões favoráveis ora para os proprietários do terreno, ora para os moradores da favela. Com a decisão do Tribunal de Alçada Civil, no entanto, a disputa jurídica parece ter chegado ao fim, apesar do recurso interposto pela defesa. "Eles vão ter de sair", disse Edvaldo Falcão, um dos advogados dos favelados.

Adenor Patrício de Almeida, 58, conhecido como "seu Dinha", está no local há mais de 40 anos. Dono de um bar na favela e um dos mais antigos ocupantes da área, reconhece que terá de se mudar.

"Dessa vez não tem jeito. No final de março já devem estar derrubando tudo."

Isso apesar de o local constar no Plano Diretor _lei municipal que orienta o crescimento e a ocupação da cidade_ regional de Pinheiros como área de interesse social, o que autoriza a prefeitura a fazer parcerias com a iniciativa privada para a construção de habitações para os atuais ocupantes.

No entanto, de acordo com a subprefeitura de Pinheiros, nenhum projeto habitacional está previsto para o local. A função social do local foi citada no recurso, mas Falcão afirmou não acreditar numa mudança da situação com base nisso.

10/02/2005

Autor: VICTOR RAMOS

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C1

Edição: São Paulo Feb 10, 2005

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; HABITAÇÃO; JUSTIÇA; ALTO DE PINHEIROS /BAIRRO/; DESOCUPAÇÃO; FAVELA; REINTEGRAÇÃO DE POSSE

'Não tem jeito', afirma morador

DA REPORTAGEM LOCAL

De acordo com vizinhos da favela e alguns de seus ocupantes ouvidos pela Folha, a convivência no local é, em geral, tranqüila. Mas uns e outros reconhecem que parte dos moradores do entorno apóiam a retirada da favela como porque isso valorizaria a área.

Enquanto a média de preço do metro quadrado no bairro é de R\$ 1.750, na rua Djalma Coelho, onde fica a favela, o preço é de cerca de R\$ 1.200. Luiz Paulo Pompéia, diretor da Embraesp (Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio), disse que, com a remoção, pode haver valorização de 20%.

O engenheiro Jacques Yazbek, 63, que mora em uma rua em frente à favela há 20 anos, afirma que a relação com os moradores dela sempre foi "de respeito". "O pessoal da favela não tem criado nenhum embaraço", afirmou.

Raimundo da Silva de Jesus, que vive na favela há 17 anos, diz que morar lá "é bom demais". "Tem escola, posto de saúde e trabalho perto." Para Valci Pereira de Jesus, há 20 anos no local, a mudança é inevitável. "Não tem outra solução, o juiz já decidiu. Ninguém quer sair, mas não tem jeito", afirmou.

(VR)

MARÇO

06/03/2005

Autor:

Editoria: COTIDIANO Página: C1

Edição: São Paulo Mar 6, 2005

Legenda Foto: Barracos de famílias que invadiram áreas do Parque Estadual da Serra do Mar ao longo da via Anchieta, em Cubatão, litoral paulista

Crédito Foto: Ayrton Vignola/Folha Imagem

Vinheta/Chapéu: MATA ADENTRO

Assuntos Principais: CUBATÃO /SP/; HABITAÇÃO ; FAVELA; PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR; INVASÃO; IRREGULARIDADE; POLUIÇÃO; DESLIZAMENTO; RISCO; AMBIENTE; RESERVA AMBIENTAL

Em cinco anos, morros de Cubatão receberam 4.000 moradores, segundo a prefeitura

Favelas escalam a serra do Mar e ameaçam parque florestal em SP

Barracos de madeira nas encostas de morro, casas sem pintura todas aglomeradas, esgoto a céu aberto, vielas de terra ou concreto. O cenário lembra uma favela qualquer de São Paulo, não fosse a paisagem: o Parque Estadual da Serra do Mar, em Cubatão (SP).

Em meio à beleza da vegetação e, principalmente, das flores violeta dos manacás da serra, estão as moradias precárias erguidas ao lado da rodovia Anchieta. Pouco a pouco, elas ocupam o que deveria ser uma área de proteção integral _local de onde nada se tira, a não ser para estudos científicos. Só no ano passado, segundo a administração do parque, ocorreram 25 invasões na serra. A Fundação SOS Mata Atlântica afirmou receber quase diariamente denúncias de novas ocupações. E a Prefeitura de Cubatão, onde ocorre o problema, também afirma que houve um aumento da população no local.

Cadastro realizado pela administração em 2000 registrava 16.213 pessoas na serra. O secretário municipal do Planejamento, Luiz Fernando Verdinassi Novaes, 54, estima que há 20 mil habitantes na região hoje.

"É possível notar o aumento populacional principalmente à noite, por causa das luzes nas casas", afirmou. Imagens aéreas de 1979 e 2002 também mostram o crescimento das moradias na serra. Os presidentes das três Sociedades de Melhoramento dos bairros Cota _assim chamados para indicar a altitude em relação ao mar_ calculam um crescimento populacional ainda maior: afirmam haver 30 mil moradores.

No Cota 400, segundo o presidente Carlos de Souza Neto, 35, o número de moradores passou de 682 para 1.600. Para ter uma dimensão exata do problema, a prefeitura afirmou que fará um novo cadastramento das famílias nos próximos meses. E, para desestimular a invasão, distribuiu 50 mil folhetos para explicar que é crime ambiental invadir o parque.

A todo vapor

A primeira invasão da serra ocorreu na época da construção da via Anchieta, no final da década de 40, e, desde então, sua expansão tem sido uma rotina. Mas o ritmo de crescimento subiu. "Agora todos os dias tem pessoas construindo novos barracos aqui. Primeiro, eles fazem uma casa de madeira para garantir o espaço. Depois, começam a casa de bloco", afirmou a moradora do Cota 200 Eunice Siqueira Santos, 55.

Outro método usado é construir um cômodo na casa de um parente e, posteriormente, erguer a própria moradia.

Segundo as Sociedades de Melhoramento das Cotas, existem 300 casas dentro da área do parque na região da cota 95/100, no Grotão. No Cota 200, são 65 moradias irregulares, e no 400 há três. Mas no 400 há um impasse: a prefeitura afirma que a área foi municipalizada, o que a direção do parque nega. Segundo a responsável pelo núcleo de Cubatão do parque, Adriane Tempest, 40, o local é de grande risco e todos as pessoas deverão ser removidas.

A prefeitura afirmou que há um convênio para a construção de conjunto habitacional para abrigar quem vive em áreas de risco.

Degradação

Os problemas do aumento dos habitantes na serra e das invasões ao parque são inúmeros. Para Tempest, quanto mais a população cresce, mais numerosas são as ocorrências de caça de animais e de extração de palmito na mata.

Há também, claro, a questão do desmatamento da mata atlântica para a construção de casas. As invasões podem ainda ser responsáveis pela contaminação de mananciais com lixo e esgoto.

De acordo com o diretor da SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, 50, os possíveis deslizamentos de terra são um perigo para os moradores do local e para os motoristas que passam na Anchieta.

Para Tempest, o solo pode não resistir às muitas moradias e à aglomeração. Algumas das casas são grandes _assim como existem pequenos barracos de madeira, há sobrados nos bairros.

A maioria dos moradores entrevistados pela Folha afirmou ter decidido mudar para o morro porque não conseguia mais pagar aluguel. Outros, no entanto, foram criados no local e não quiseram ir embora.

"Meu pai trabalhava no DER [Departamento de Estradas de Rodagem], e nasci no Cota 400. Minha mulher também", afirmou Lúcio Sodré, 45.

JUNHO

29/06/2005

Autor: LUÍSA BRITO; AFRA BALAZINA

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C5

Edição: São Paulo Jun 29, 2005

Vinheta/Chapéu: JUSTIÇA

Assuntos Principais: HABITAÇÃO; SÃO PAULO /SP/; JUSTIÇA; SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; VILA ANDRADE /BAIRRO/; PROPRIEDADE; DIREITO; VITÓRIA; FAVELA PULLMAN
STJ considerou que terreno, na zona sul, foi abandonado pelos donos

Morador de favela consegue posse de área particular

LUÍSA BRITO

DA REPORTAGEM LOCAL

Uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) reconheceu o direito de posse de uma área particular a moradores da favela Pullman, localizada na Vila Andrade (zona sul de São Paulo). O tribunal julgou improcedente o pedido de reivindicação de posse feito pelos proprietários do terreno por entender que a área havia sido abandonada pelos donos e hoje conta com estrutura urbana reconhecida pelo poder público _o local possui sistema de água, luz e calçamento de ruas. O relator do processo foi o ministro Aldir Passarinho Junior. Cabe recurso da decisão.

Considerada área nobre, o metro quadrado de um terreno na Vila Andrade custa cerca de R\$ 600. Já um apartamento de dois quartos com uma vaga de garagem pode chegar a R\$ 120 mil.

A favela Pullman tem cerca de 1.100 moradias e aproximadamente 6.000 mil habitantes, segundo dados da associação de moradores da área. A imagem do local não lembra uma favela. A maioria das casas é de alvenaria e, das nove ruas, oito são pavimentadas. À distância é possível ver várias antenas parabólicas e alguns moradores têm até TV a cabo, segundo informou o presidente da associação, Luiz Brandão Bastos. Na comunidade, ninguém sabia da decisão do STJ _na ação, foram representados por um defensor público.

Há 30 anos no local, a dona-de-casa Elzita Alves de Souza, 48, lembra de quando foi acionada para deixar a área. "Faz uns 23 anos. Na época, procuramos um advogado para provar que já morávamos no local. Tenho o papel guardado até hoje. Depois, não tivemos mais notícia", contou. Ela comemorou o fato de poder continuar na casa. "Aqui criei meus cinco filhos e já estou com sete netos." Elzita conta que, quando chegou lá, só havia três barracos e a área era um grande matagal. A notícia da decisão do STJ também alegrou o guarda de segurança Antônio Batista, 54, que mora no local há 20 anos. "Quando cheguei aqui comprei um barraco de madeira e aos poucos fui fazendo essa casa", disse. Seu imóvel tem dois quartos, cozinha, sala, banheiro e quintal. Como a área é grande, dois filhos construíram suas casas no quintal e outro está fazendo sua moradia no primeiro andar da casa.

Procurado pela reportagem, o advogado dos proprietários do terreno, Antônio Luiz Pinto e Silva, não respondeu às ligações.

Para conseguir o título de propriedade, os moradores devem ir ao cartório de registro de imóveis com a sentença do STJ, segundo informou o advogado Marcelo Manhães de Almeida, 40, presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil).

Colaborou AFRA BALAZINA, da Reportagem Local

14/06/2005

Autor: AMARÍLIS LAGE

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C5

Edição: Nacional Jun 14, 2005

Legenda Foto: Funcionários trabalham na demolição da última favela do Alto de Pinheiros, bairro nobre de SP

Crédito Foto: Rogério Cassimiro/Folha Imagem

Vinheta/Chapéu: URBANISMO

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; MORADIA; HABITAÇÃO; FAVELA; ALTO DE PINHEIROS /BAIRRO/; DEMOLIÇÃO

Algumas famílias ainda não têm para onde ir

Última favela de bairro nobre de SP é demolida em reintegração

AMARÍLIS LAGE

DA REPORTAGEM LOCAL

Sentados na calçada, adultos e crianças acompanham o ritmo duro das marretadas. As paredes que caem, do outro lado da rua, são as de suas residências. Qual será o novo endereço? Grande parte ainda não sabe. Essas são as cenas finais da última favela a ser retirada do Alto de Pinheiros, bairro de classe média alta na zona oeste de São Paulo.

Localizada na rua Djalma Coelho, a favela possuía 105 casas, das quais 60 foram derrubadas nos últimos 15 dias. A indenização, que varia conforme o imóvel, é feita por uma empresa que não quer ser identificada.

Jesuíno de Oliveira Rocha, 34, recebeu R\$ 10 mil pela casa onde vive com a mulher e uma filha. Com o dinheiro, comprou um terreno em outra favela. Agora procura um lugar que possa alugar enquanto constrói a nova casa. A filha terá que mudar de creche, a mulher talvez perca o emprego e ele, que trabalha ao lado de casa, terá de sair de madrugada para chegar ao emprego. "O lado psicológico de todo mundo aqui está péssimo. É uma família que se separa", diz Rocha.

A Justiça decidiu pela reintegração da posse do terreno no fim do ano passado, após mais de 20 anos de disputa judicial. O advogado Getúlio Muramoto, da Associação em Defesa da Moradia, ainda tentou entrar com um recurso, mas os moradores, com medo de serem despejados, aceitaram negociar com os proprietários do terreno. Pelo acordo realizado, devem deixar o local até o próximo dia 27.

A decisão dividiu os moradores do entorno da favela. Alguns, como a aposentada Dea Fonseca, 81, comemoraram. "Vai limpar o bairro", disse. Segundo ela, a região se tornou violenta em razão do crescimento da favela nos últimos 30 anos.

Já a estudante Mayne Astolfi Duarte Neves, 26, lamentou a saída dos moradores da favela Djalma Coelho. "A gente nunca teve nenhum problema com eles. São pessoas como nós, que enfrentam uma situação social mais difícil."

De acordo com o urbanista Roberto Cymbalista, do Instituto Pólis, apesar do fim da favela, o terreno é obrigatoriamente destinado a habitação para a baixa renda, pois no Plano Diretor Regional de Pinheiros ele é identificado como Zona Especial de Interesse Social.

14/06/2005

Autor:

Editoria: COTIDIANO Página: C6

Edição: São Paulo Jun 14, 2005

Arte: QUADRO: A FAVELA NO ALTO DE PINHEIROS

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; MORADIA; HABITAÇÃO; FAVELA; ALTO DE PINHEIROS /BAIRRO/; DEMOLIÇÃO

A FAVELA NO ALTO DE PINHEIROS

ÚNICA FAVELA DO ALTO DE PINHEIROS

Onde: rua Djalma Coelho, altura do nº 220

Tempo de ocupação: cerca de 40 anos

Famílias no local: aprox. 100

Número de casas: 105

Área: 2.000 m²

14/06/2005

Autor: AMARÍLIS LAGE

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C6

Edição: São Paulo Jun 14, 2005

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; MORADIA; HABITAÇÃO; FAVELA; ALTO DE PINHEIROS /BAIRRO/; DEMOLIÇÃO

Terreno é de interesse social

DA REPORTAGEM LOCAL

Enquanto não se sabe de que forma o terreno da favela Djalma Coelho será utilizado, moradores do entorno especulam que aquela área abrigará condomínios residenciais de alto padrão.

Pela legislação municipal, porém, o espaço só poderá ser abrigar empreendimentos habitacionais destinados a pessoas de baixa renda, afirmam especialistas.

Isso ocorre porque o Plano Diretor Regional de Pinheiros identifica a área como uma zona especial de interesse social, o que restringe o uso do imóvel a projetos para pessoas pobres.

"Se resolverem fazer um prédio para a classe média ali, isso será uma contravenção, pois desobedecerá ao zoneamento", afirma o urbanista Renato Cymbalista, do Instituto Pólis.

Segregação

De acordo com o advogado Pedro Cortez, especialista em direito imobiliário e membro do conselho jurídico do Secovi (sindicato de construtoras e imobiliárias), projetos em zonas de interesse social que sejam destinados a outro público que não a classe baixa nem sequer podem ser aprovados pela prefeitura.

"As zonas de interesse social foram definidas no Estatuto da Cidade como um mecanismo para proteger a população de baixa renda", afirma o advogado. "Elas são uma necessidade para evitar a segregação das pessoas pobres na cidade."

(AL)

09/06/2005

Autor: AFRA BALAZINA

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C10

Edição: São Paulo Jun 9, 2005

Legenda Foto: Vista da loja Daslu, na Vila Olímpia, com 17 mil m2 de área e um heliponto na cobertura

Crédito Foto: Eduardo Knapp/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ILHA DA FANTASIA

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; DASLU /LOJA/; FAVELA; VIZINHO; AJUDA; OPERAÇÃO FARIA LIMA

Para auxiliar, discriminação aumentou com a nova loja; Operação Faria Lima prevê remoção de barracos

Morador de favela vizinha à Daslu pede ajuda

AFRA BALAZINA

DA REPORTAGEM LOCAL

Vizinhos de fundos da nova Daslu, aberta ontem ao público, moradores da favela Funchal, localizada na rua Coliseu, na Vila Olímpia (zona sul da capital), esperam que o local receba melhorias com a chegada da loja à região. Eles não estão organizados em uma associação ou entidade, mas já se preparam para pedir auxílio ao estabelecimento.

"Meia hora de venda deve render dinheiro suficiente para recuperar a principal rua da favela. E a gente precisa de asfalto aqui", disse a dona-de-casa Marizete Maria dos Santos, 40.

Ontem, na rua principal da favela, cheia de desníveis, o esgoto corria a céu aberto em razão de um entupimento na rede. Assim como na Daslu, muitas roupas podiam ser vistas ao lado dos barracos: penduradas em varais improvisados apoiados em muros, davam um colorido à via.

Para a moradora Lúcia Vieira, 36, que está desempregada há pouco mais de um ano, seria importante a implantação de cursos profissionalizantes no local. "Acho que, se eu soubesse computação, ficaria mais fácil arrumar um trabalho", afirmou.

Segundo a conselheira tutelar Edmisa Ribeiro do Amaral, 34, que já morou na favela e atua na área, há 215 barracos.

Amaral afirma também acreditar que a loja possa ser uma futura parceira dos moradores.

"Seria importante criar cursos de capacitação. Eles ocupariam o tempo dos adolescentes e evitariam que os jovens se envolvessem com drogas", disse.

O contraste entre o prédio luxuoso da Daslu e as moradias simples da favela Funchal, no entanto, deve acabar.

Segundo a Secretaria Municipal da Habitação, será feita a remoção dos moradores por causa de futuras obras da Operação Faria Lima, que construiu os túneis das avenidas Rebouças e Cidade Jardim.

O terreno onde a favela está localizada, de 6.900 m2, é particular e será desapropriado. A secretaria não sabe quando isso ocorrerá.

Discriminação

As nítidas diferenças entre a favela e a loja fazem com que os moradores, em muitos casos, digam sentir um certo desconforto com esse contraste. "Agora, a gente sente mais forte a discriminação. Quando passamos na frente da entrada, os seguranças [da loja] ficam olhando torto", afirmou a auxiliar de limpeza Jacira dos Santos Bastos, 25.

Ela trabalhou dois meses no prédio da Daslu antes da inauguração. "No último dia, enquanto limpávamos, dois seguranças ficavam atrás para evitar roubos."

Segundo a auxiliar, o salário era de R\$ 400, mas com horas extras o valor total chegava a R\$ 700. A peça de vestuário à venda na loja que mais gostou custava 12 meses de seu salário. "Uma calça social de R\$ 4.800 foi, de tudo o que vi, a roupa mais bonita", contou.

Cecília Pereira dos Santos, 39, que também trabalhou na limpeza da loja, afirmou que a Daslu "sem dúvida, é um paraíso".

Deslumbramento

Quem entrou na Daslu ontem saiu elogiando. Era adjetivos e mais adjetivos para descrever a loja.

"Gostei de tudo. É muito bonita, bem organizada", afirmou o vendedor Luís Nunes da Costa, 44. Ele só lamentou os preços altos. "Gostei muito das camisas, mas não são para o meu cacife."

O administrador Rodrigo Valente, 28, e a assessora internacional Luci Andrea, 38, acharam que a loja está "maravilhosa". Os setores de eletrônicos e esportes foram os que mais apreciaram.

08/06/2005

Autor: FERNANDA MENA

Origem do texto: DA SUCURSAL DO RIO

Editoria: COTIDIANO Página: C5

Edição: Nacional Jun 8, 2005

Legenda Foto: Policiais observam o protesto de moradores contra a reintegração de posse de casas no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro

Crédito Foto: Domingos Peixoto/Agência O Globo

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: HABITAÇÃO

Assuntos Principais: RIO DE JANEIRO /RJ/; HABITAÇÃO; JARDIM BOTÂNICO; ÁREA DE PRESERVAÇÃO; REINTEGRAÇÃO; POSSE; CONFRONTO; POLÍCIA MILITAR

Confronto entre moradores do Jardim Botânico, no Rio, e PM deixa 5 feridos; infarto mata aposentado que viu ação pela TV

Conflito impede reintegração em área verde

FERNANDA MENA

DA SUCURSAL DO RIO

"Aqui tem uma vista maravilhosa do Corcovado. Do outro lado, uma mata linda de morrer. Você acha que alguém quer deixar pobre morando aqui?"

Era a pergunta que o vendedor Paulo Sérgio Lagame, 55, não tirava da cabeça ontem, horas depois de moradores do Horto Florestal (zona sul do Rio) entrarem em confronto com policiais militares na execução de duas ações de reintegração de posse no local _em uma delas, o alvo era a casa em que o vendedor vive com mulher, filho, sobrinha e cunhado.

Na noite de anteontem, os moradores souberam da ação policial e se prepararam para uma espécie de guerrilha. "Fizemos barricadas, fechamos ruas com carros e passamos cadeados em todas as casas", conta Lagame.

A ação foi transmitida pela televisão. O confronto entre PM e moradores fez com que o aposentado Miguel Mendes dos Santos, 73, sofresse um infarto e morresse diante da TV. Cinco pessoas ficaram feridas na reintegração.

As casas de Lagame e Silva são duas de quase 600 no terreno da União, em que não se aplica usucapião. A área de proteção é administrada pela Fundação Jardim Botânico, do governo federal. A mobilização dos moradores impediu que a reintegração fosse efetivada, e a Advocacia Geral da União (AGU) pediu ontem a suspensão dos mandados até que sejam apresentadas alternativas aos moradores. Segundo a AGU, os ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento formarão uma comissão para estudar o caso.

História

Os mandados de reintegração de posse fazem parte de cerca de 300 ações que tramitam na Justiça desde a década de 1980.

Lagame vive desde que nasceu numa vila encravada nos 137 hectares de mata atlântica do Jardim Botânico do Rio (criado em 1808 por d. João 6º e considerado parte da Reserva da Biosfera mundial).

Hoje, coexistem dentro do Jardim Botânico, além de animais e 7.200 espécies de plantas, 550 famílias espalhadas em duas vilas e em quatro pequenos bairros.

A origem das comunidades remonta aos anos 50, quando o Ministério da Agricultura permitiu a funcionários erguer casas em terrenos cedidos no parque. As moradias se multiplicaram e, hoje, só 17 são de atuais funcionários do Botânico _o resto é ocupado por parentes e descendentes.

Segundo o vendedor e morador Lagame, o "terrorismo" teve início há 20 anos. "Nos acusaram de invasores, o que não somos. Moramos aqui há muitos anos pois nossos pais eram funcionários."

"No início, quando isso era um pântano, ninguém queria saber dessa área. Depois, com a valorização da região, começaram a vir as mansões. Por isso, querem tirar os pobres daqui", diz Emília Maria de Souza, 52, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Horto. "Há várias outras áreas da União ocupadas por delegacia, bombeiros, clube. Por que querem só a área das nossas casas?"

AGOSTO

17/08/2005

Autor: LUÍSA BRITO

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C3

Edição: São Paulo Aug 17, 2005

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: EXCLUSÃO SOCIAL; HABITAÇÃO; PRÉDIO; INVASÃO; DESOCUPAÇÃO; SEM-TETO; POLÍCIA MILITAR; CONFLITO; VIOLÊNCIA POLICIAL; SÃO PAULO /SP/; GERALDO ALCKMIN; GOVERNO ESTADUAL

'O que ganho só dá para a comida'

DA REPORTAGEM LOCAL

Moradores retirados do prédio não sabiam onde iriam dormir ontem, nem tampouco onde vão morar a partir de agora. "Não temos destino, vamos ficar na rua mesmo", afirmou o pedreiro José Soares da Silva Filho, 25, que morava no local com a mulher, três filhas de cinco, quatro e três anos, além de uma cunhada.

Ele antes morava numa pensão na Bela Vista (região central), mas teve que deixar o local porque não podia pagar. "O que ganho só dá para comprar comida." Silva Filho disse ter sido agredido pela polícia durante a reintegração.

A vendedora Edineusa Ferreira Gomes de Paula, 20, também iria dormir na rua com o filho de apenas um ano e um irmão. "Só ganho um salário mínimo. Mal dá para comer, comprar fralda e remédio para meu filho. Esse é o projeto social que o governo quer para a gente: a rua."

Chorando muito e gritando para que seus pertences não fossem jogados fora, a desempregada Vandete do Nascimento, 40, não sabia onde procurar ajuda. Seu marido, que sustentava a casa, morreu há quatro meses e desde então ela e os quatro filhos foram morar no prédio invadido.

"Só tenho meus filhos e minhas coisas. Não tenho para onde ir. Vou morar agora na frente da Corregedoria da PM", disse.

Em meio à multidão de despejados, muitas mães desesperadas procuravam seus filhos. "Ele não é bandido. Ele foi levado para a delegacia, mas ele não é bandido", gritava a passadeira desempregada Rosineide Fortunato, 38.

Outra moradora, que se identificou apenas como Raquel, teve que ser segurada porque queria avançar sobre a barreira policial para procurar o filho de 14 anos que estava dentro do prédio.

O advogado do movimento, André Araujo, disse que a entidade não tinha para onde levar as famílias desalojadas. Segundo ele, cerca de 50 pessoas haviam decidido ficar na rua.

(LB)

13/08/2005

Autor: FABIO SCHIVARTCHE; MARTHA ALVES

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL;

Editoria: COTIDIANO Página: C5

Edição: Nacional Aug 13, 2005

Legenda Foto: Bombeiro apaga chamas que destruíram 166 barracos no 5º incêndio em dez anos na favela Zaki Narchi, zona norte de São Paulo

Crédito Foto: Sidinei Lopes/Folha Imagem

Vinheta/Chapéu: DRAMA ROTINEIRO

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; HABITAÇÃO; INCÊNDIO; FAVELA ZAKI NARCHI; DESABRIGADO

Fogo, que marca os últimos 10 anos de história de área paulistana, consumiu 166 barracos, sem feridos

Após 5º incêndio, favela sonha com seu fim

FABIO SCHIVARTCHE

DA REPORTAGEM LOCAL

MARTHA ALVES

DA AGÊNCIA FOLHA

Pela quinta vez, a dona-de-casa Maria das Graças da Silva vai recomeçar sua vida do zero. Ela é um dos 310 moradores da favela Zaki Narchi, na zona norte de São Paulo, que tiveram na madrugada de ontem o barraco destruído em um incêndio _o quinto neste local em apenas dez anos.

"O fogo começou ao lado do meu cômodo e só consegui, graças a Deus, salvar as crianças", diz Maria das Graças, 34 anos, quatro filhos e um sonho: sair da favela e morar em uma casa de tijolos. Mas esse sonho, comum aos cerca de mil moradores da Zaki Narchi, vem sendo prorrogado, ano após ano, com promessas não cumpridas dos prefeitos. Nos últimos dez anos, a favela cresceu, diminuiu e foi tomada pelo crime organizado. Seus moradores aprenderam a conviver com os fugitivos da Casa de Detenção (leia texto nesta página) e com incêndios devastadores. Enfim, a sobreviver sob as mais degradantes condições de vida.

Enquanto isso, assistiram a um desfile de promessas que não foram cumpridas integralmente ou não tiveram continuidade administrativa, contribuindo para a reocupação da área.

Em setembro de 1996, um ano depois de implantar o projeto Cingapura (que previa a verticalização de favelas) em parte da Zaki Narchi, o ex-prefeito Paulo Maluf (PP) enfrentou um incêndio de grande porte no local. Sua gestão levou os moradores para abrigos provisórios e prometeu casas permanentes. Não cumpriu _e a favela foi reocupada.

Em outubro de 1999, outra vez as chamas consumiram barracos _cerca de 50. Um ano depois, com pelo menos cem moradias destruídas, a administração de Celso Pitta (sem partido) afirmou que as famílias não voltariam à favela. Sem opção, elas voltaram.

Em 2002, o governo Marta Suplicy (PT) disse que colocaria guardas 24 horas por dia para impedir novas invasões na área, após incêndio que deixou 200 barracos queimados e mais de mil desabrigados. A ação não surtiu o efeito pretendido pela petista.

Testemunha dessa tragédia repetida, o coronel João Santos de Souza, que coordenou o trabalho dos bombeiros na madrugada de ontem, diz que a favela Zaki Narchi é um caso único na cidade. "Talvez pelo fato de quase todas as casas serem de madeira, as chamas se alastram com maior velocidade. É uma cidadezinha que queima feito uma fogueira."

Até ontem, o coronel ainda não sabia o que tinha causado o fogo que destruiu 166 dos quase 400 barracos. "A perícia terá dificuldade porque não sobrou nada."

Desabrigada novamente após o incêndio de ontem, Maria das Graças da Silva assistiu a todas as promessas feitas e não cumpridas. Voltou a ter esperança de realizar seu sonho com a nova promessa, desta vez das administrações do PSDB.

O governador Geraldo Alckmin, que já liberou 150 apartamentos da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo) para os moradores da Zaki Narchi, quer transformar o terreno da favela numa área verde junto ao parque da Juventude _onde funcionava a Casa de Detenção. Já acenou com mais 350 unidades.

Por parte da administração municipal de José Serra, o subprefeito de Santana, Luiz Antonio Pacheco, dá até uma data para retirar todos os moradores da favela: "até meados do ano que vem".

Mas não será fácil convencer parte deles. Em junho deste ano dezenas de moradores entraram em confronto com a polícia, que tentava cumprir desocupação determinada pela Justiça para retirar famílias de áreas de risco. Cinco pessoas foram detidas e duas crianças ficaram feridas com tiros de balas de borracha.

"Muitos não querem sair de lá porque já estruturaram suas vidas no bairro, com trabalho e escola para os filhos. Mas há também quem tenha sido beneficiado com apartamentos populares, vendido o imóvel e retornado à favela. Daí, fica difícil", diz Pacheco.

Maré política

Para o urbanista Paulo Bastos, professor titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Santos, problemas crônicos como o da favela Zaki Narchi são o resultado do processo de disputa política que marcou a cidade nas últimas décadas.

"Não há continuidade administrativa. Cada prefeito quer resolver as coisas de seu jeito. Minimizar o déficit habitacional de São Paulo é tarefa difícil, não se faz num passe de mágica. Não dá para termos enfrentamentos parciais a cada quatro anos", diz.

Desta vez, não houve feridos. Os 39 carros dos bombeiros chegaram ao local a tempo de salvar parte dos barracos. Com colchões e cobertores doados, parte dos desabrigados foi provisoriamente para o Clube Municipal Geraldo Alonso _na esperança de viver, enfim, melhores dias.

13/08/2005

Autor: FABIO SCHIVARTCHE; JOSÉ ERNESTO CREDENDIO

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C10

Edição: São Paulo Aug 13, 2005

Legenda Foto: Vista aérea da favela Paraisópolis, a segunda maior da cidade, com 83 mil habitantes e 22 mil casas.

Crédito Foto: Gustavo Roth - 1º.ago.2003/ Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ADMINISTRAÇÃO

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; PREFEITURA; TCM /TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO/; SUSPENSÃO; LICITAÇÃO; HABITAÇÃO; REURBANIZAÇÃO; FAVELA PARAISÓPOLIS; ZONA SUL /REGIÃO/

Associação de empresas de construção civil recorreu contra regra de edital para reurbanização da favela

TCM suspende licitação da Paraisópolis

FABIO SCHIVARTCHE

DA REPORTAGEM LOCAL

JOSÉ ERNESTO CREDENDIO

DA REDAÇÃO

Por determinação do TCM (Tribunal de Contas do Município), a administração José Serra (PSDB) suspendeu ontem, temporariamente, a principal licitação da Prefeitura de São Paulo em andamento no setor de habitação: a que prevê a reurbanização da favela Paraisópolis, na zona sul. É a segunda maior da cidade, com 83 mil habitantes e 22 mil casas.

A decisão, publicada ontem no "Diário Oficial", foi motivada por um ofício da Apemec (Associação de Pequenas e Médias Empresas da Construção Civil) ao tribunal. A entidade pediu mudanças no edital, sob a alegação de que as atuais regras não permitiam que alguns de seus associados participassem da concorrência pública.

O problema principal seria a exigência de ter experiência em remoção de pelo menos 750 casas em favelas _número considerado alto por algumas empresas, o que, segundo elas, restringiria muito a participação.

A prefeitura, que esperava abrir os envelopes da licitação na próxima segunda-feira, atendeu à determinação do TCM e suspendeu temporariamente o processo de escolha das empresas que irão reurbanizar a favela.

Mas o secretário municipal da Habitação, Orlando de Almeida Filho, não acredita que a suspensão irá atrapalhar o andamento da licitação. "Pedimos experiência na remoção de favelas porque é algo que terá de ser feito logo na primeira fase. Vamos explicar isso ao tribunal e continuar com a licitação", afirmou o secretário (leia texto nesta página).

Urbanização

O projeto prevê a ampliação da rede de água e de esgoto, a construção de ruas asfaltadas, a melhoria da iluminação, a canalização de córregos e a remoção de famílias de áreas de risco.

Essa licitação refere-se somente à primeira fase do projeto, orçada em R\$ 72 milhões. A prefeitura entraria com R\$ 18 milhões e o Estado, através da CDHU (para habitação) e da Sabesp (para o sistema de água e esgoto), com o restante. Ao todo, serão gastos R\$ 200 milhões em Paraisópolis, num prazo estimado de quatro anos de obras.

O anúncio do projeto, no início de julho, reuniu Serra e o governador Geraldo Alckmin na favela _os dois disputam nos bastidores a chapa do PSDB para disputar a sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Esse é um dos principais convênios de suas administrações.

Fiação subterrânea

A prefeitura pretende adotar um modelo novo na rede elétrica na reurbanização da favela Paraisópolis _a fiação subterrânea, enterrada sob as calçadas, algo semelhante ao que foi feito na avenida Rebouças, área nobre da capital paulista.

"Assim, ficará mais fácil acabar com os gatos (fiação clandestinas que usam eletricidade sem pagar pela mesma)", diz o secretário.

Enterrar a fiação elevaria os custos da obra. A Folha não conseguiu falar com a assessoria da Eletropaulo na noite de ontem para saber se a proposta é factível.

Terra dos seqüestros

Recentemente, Paraisópolis transformou-se no principal reduto paulistano de cativos _locais onde são mantidas vítimas de seqüestro relâmpago. Segundo investigações da Polícia Civil paulista, o local abrigou cerca de 20 vítimas, entre abril e maio.

Uma mesma quadrilha, formada por pelo menos seis adolescentes, seria responsável pelos casos.

13/08/2005

Autor:

Editoria: COTIDIANO Página: C10

Edição: São Paulo Aug 13, 2005

Arte: QUADRO: O PROJETO PARA PARAISÓPOLIS; MAPA: ONDE FICA

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; PREFEITURA; HABITAÇÃO; REURBANIZAÇÃO; FAVELA PARAISÓPOLIS; ZONA SUL /REGIÃO/

O PROJETO PARA PARAISÓPOLIS

O que é

Reurbanização da favela, a segunda maior da cidade

Custo total

R\$ 200 milhões, entre Estado e prefeitura (R\$ 27 milhões na 1ª fase)

O que será feito

Ampliação da rede de água e de esgoto, construção de ruas asfaltadas, melhoria da iluminação, canalização de córregos e remoção de famílias de áreas de risco

Raio-x do bairro

83 mil habitantes; 22 mil casas

Secretário diz que ação deve continuar na próxima semana

13/08/2005

Autor: FABIO SCHIVARTCHE

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C10

Edição: São Paulo Aug 13, 2005

Observações: SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: OUTRO LADO

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; PREFEITURA; TCM /TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO/; SUSPENSÃO; LICITAÇÃO; HABITAÇÃO; REURBANIZAÇÃO; FAVELA PARAISÓPOLIS; ZONA SUL /REGIÃO/

Secretário diz que ação deve continuar na próxima semana

DA REPORTAGEM LOCAL

O secretário municipal da Habitação, Orlando de Almeida Filho, diz que a suspensão temporária da licitação é "rotina" e que acredita ter condições de ainda na próxima semana dar prosseguimento ao processo de contratação das empresas que farão a reurbanização de Paraisópolis.

Ele também nega qualquer possibilidade de a licitação estar dirigida. "A maior prova disso é que 32 empresas já pagaram a caução e hoje estariam qualificadas para disputar o serviço."

Ao final do processo, haverá apenas uma vencedora: a que tiver a melhor relação entre custo, técnica e, segundo o secretário, "experiência em atividade social".

Para Almeida Filho, esse é um requisito essencial da empresa que vencer a licitação. "Pedimos no edital que a firma tenha experiência na remoção de pelo menos 750 habitações em favelas porque isso será necessário."

O projeto prevê a remoção de 2.500 das 22 mil casas da favela para que seja realizada a retificação de córregos. Algumas estão em área de risco. "Como essa favela já está consolidada, a maior parte

das casas é de alvenaria. Você não pode chegar lá e tirar a família da casa sem oferecer alternativas. Por isso é que o Estado cederá 750 unidades no CDHU.
(FS)

13/08/2005

Autor:

Origem do texto: DA AGÊNCIA FOLHA

Editoria: COTIDIANO Página: C11

Edição: São Paulo Aug 13, 2005

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; HABITAÇÃO; FAVELA ZAKI NARCHI; INCÊNDIO

'Só pude salvar os meus filhos'

DA AGÊNCIA FOLHA

Enquanto o poder público arranja abrigos provisórios e promete dar um ponto final ao drama da favela, moradores vasculhavam nas cinzas o que sobrou de seus bens e de sua dignidade.

A faxineira Marizélia Alves Costa, 40, confessa que tem medo de continuar morando na Zaki Narchi, mas não tem para onde ir. "A prefeitura já tirou metade dos moradores daqui. Fala que vai levar o resto, mas isso não está acontecendo", reclama.

Quem estava mais longe do foco do incêndio agiu rapidamente e conseguiu retirar móveis, eletrodomésticos e roupas e amontoar tudo no meio da rua, como o pedreiro Wilson Silva Oliveira, 47, que mora há 10 anos na favela com a mulher e dois filhos. "Consegui jogar tudo no meio da rua e ajudar os vizinhos", conta o pedreiro, que pretende colocar os objetos dentro do barraco quando tudo terminar.

Já a doméstica Roseli dos Santos, 27, mãe de dois filhos e grávida de 3 meses, não teve a mesma sorte. "Só deu tempo de salvar os filhos, retirar documentos e a televisão", afirma Santos, que teria de dormir na rua na noite passada.

13/08/2005

Autor:

Editoria: COTIDIANO Página: C11

Edição: São Paulo Aug 13, 2005

Crédito Foto: Luciana Cavalcanti-24.dez.2002/Folha Imagem; Joel Silva-20.out.2000/Folha Imagem

Arte: QUADRO: A SAGA DA FAVELA ZAKI NARCHI

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; HABITAÇÃO; FAVELA ZAKI NARCHI; INCÊNDIO

A SAGA DA FAVELA ZAKI NARCHI

Promessas e realidade

2005 - Agosto

Ontem - 166 barracos queimados; gestão José Serra promete fim da favela para meados de 2006

2002 - Dezembro

200 barracos queimados; gestão Marta Suplicy promete impedir novas invasões com guardas 24 horas no local -a ação não surte efeito

2000 - Outubro

Pelo menos 100 barracos queimados; gestão Celso Pitta diz que famílias desabrigadas não poderão continuar no local -mas elas permanecem

1999 - Outubro

50 barracos queimados

1996 - Setembro

80 barracos queimados; gestão Paulo Maluf leva 217 desabrigados para abrigos - mas eles voltam a ocupar a favela dias depois Estação Tietê

Fonte: Reportagem Local

08/08/2005

Autor: LUÍSA BRITO

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C5

Edição: São Paulo Aug 8, 2005

Legenda Foto: O governador Geraldo Alckmin na favela Milton Tavares, no parque Novo Mundo, que será removida

Crédito Foto: Caio Guatelli/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ADMINISTRAÇÃO

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; PREFEITURA; GOVERNO ESTADUAL; SÃO PAULO /ESTADO/; REURBANIZAÇÃO; FAVELA MILTON TAVARES; PARQUE NOVO MUNDO /BAIRRO/; HABITAÇÃO

422 famílias começaram a ser removidas do local, que terá quadras e será arborizado pela prefeitura

Favela dará lugar a parque na zona norte

LUÍSA BRITO

DA REPORTAGEM LOCAL

Um total de 422 famílias que viviam na favela Milton Tavares, no parque Novo Mundo (zona norte de São Paulo), começaram a ser removidas ontem para um conjunto da CDHU (companhia habitacional de São Paulo) na Vila Curuçá (zona leste). A favela fica nas margens da marginal Tietê, sob o viaduto Milton Tavares. Em abril de 2003, um incêndio atingiu barracos que ficavam na região.

A área onde está a favela será reurbanizada. O prefeito José Serra (PSDB) anunciou ontem a liberação de R\$ 1,7 milhão para a revitalização do local com a construção de um parque. Além da arborização, serão construídas quadras poliesportivas.

As famílias serão retiradas gradativamente até o dia 22. O conjunto da CDHU custou R\$ 17,5 milhões. Cada apartamento tem dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro. Os novos moradores começarão a pagar o imóvel daqui a seis meses. Para quem ganha um salário mínimo, a parcela será de R\$ 45. As pessoas que receberem mais terão o valor das prestações fixados conforme a renda. Trinta e uma famílias que não quiseram se mudar para o conjunto habitacional receberão uma verba da prefeitura para procurar moradia em outro local. O valor do benefício é de R\$ 4.000.

Outras 33 famílias que também tinham algum tipo de comércio na favela serão levadas para um espaço fora da região do viaduto.

Enquanto alguns comemoravam a mudança para a casa nova, a preocupação da moradora Alessandra Araújo Silva, 25, era outra. Ela disse ao prefeito que temia não ter condições de pagar as prestações. "É bonito o apartamento e tudo, mas nós temos que ter condições de pagar", afirmou. Ela ganha um salário mínimo por mês trabalhando numa fábrica de reciclagem que fica perto da favela. Com a mudança, ela teme que a empresa se recuse a pagar o transporte de sua casa ao trabalho. Alessandra mora na favela com os dois filhos, de 5 e 9 anos.

Serra disse que há um centro voltado para o trabalhador em Itaquera e pediu que o subprefeito da Vila Maria, Antônio de Pádua Perosa, conversasse com ela.

A entrega das primeiras chaves foi feita num evento que, além do prefeito, teve a participação do governador Geraldo Alckmin (PSDB). Um palanque foi montado dentro da escola de lata Professora Célia Regina Lekevicius Consolin. Durante o evento, Serra afirmou que estava sendo construída uma escola de alvenaria para substituir a de lata.

07/08/2005

Autor:

Origem do texto: DA SUCURSAL DO RIO

Editoria: COTIDIANO Página: C7

Edição: São Paulo Aug 7, 2005

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: RIO DE JANEIRO /RJ/; URBANISMO; ARQUITETURA; COMPLEXO HABITACIONAL; PEDREGULHO /RESIDENCIAL PREFEITO MENDES DE MORAES/; MINHOÇÃO /CONJUNTO RESIDENCIAL MARQUÊS DE SÃO VICENTE/; AFFONSO EDUARDO REIDY; LEMBRANÇAS DO FUTURO /DOCUMENTÁRIO/; DEGRADAÇÃO

'Vivemos em um elefante branco'

DA SUCURSAL DO RIO

Militar e farmacêutico, Antônio Carlos Sant'Anna de Souza exibe com carinho uma foto em preto-e-branco dos anos 60. A imagem de um time de peladeiros de futebol lhe traz de volta o rosto de seu

único irmão, já morto, e o tempo em que morar no conjunto Mendes de Moraes, em Benfica, zona norte do Rio, era sinônimo de felicidade para ele.

"Meu sonho é sair. Como não adianta pregar no deserto, os incomodados que se mudem. Mas minha mãe não quer se mudar, porque meu pai gostava muito daqui", diz ele.

A história de Souza é parecida com a de muitas famílias do conjunto. Seu pai, na condição de funcionário público, pôde se candidatar a ocupar em 1952 um dos apartamentos recém-construídos. Orgulhava-se de ter sido selecionado pela então Prefeitura do Distrito Federal e de morar em um lugar de arquitetura tão bonita. No último dia 21, aos 93, ele morreu, já não tão feliz.

"O Pedregulho é um retrato do empobrecimento e da deseducação do Brasil. Estamos hoje cercados de favelas, ouvindo tiros com frequência, e o Estado e os moradores não cuidam do conjunto."

Nos corredores e escadas, é possível ver pichadas as inscrições "CV" (Comando Vermelho) e "PCC" (Primeiro Comando da Capital), refletindo o que alguns moradores dizem: há venda e consumo de drogas no conjunto.

Embora a Comlurb (Companhia de Limpeza Urbana) passe todo dia na área, há muito lixo jogado (por moradores) sob os pilotis. As rachaduras e infiltrações são facilmente visíveis.

Um dos obstáculos da manutenção é a inadimplência. Embora a mensalidade do condomínio seja de R\$ 15, menos de um terço das pessoas paga. Ao contrário do Marquês de São Vicente, não há exatamente aluguel no Mendes de Moraes. Paga-se (ou não, em muitos casos) R\$ 5 à Cehab (Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro) para ocupar um imóvel.

O valor irrisório está ligado à história confusa do conjunto: é propriedade do Estado do Rio, mas está em um terreno federal.

Segundo a Cehab, um estudo de restauro do conjunto será concluído em setembro. Depois, serão feitas licitações para o início das obras.

"Vivemos em um elefante branco. É muito grande para ser cuidado pelas pessoas e está abandonado pelo Estado", diz Hamilton Ildelfonso Marinho, 48, um dos moradores que têm batalhado pela melhora da situação e que se orgulha de onde mora. "Já tentei sair daqui, mas voltei dois anos depois. Aqui os vizinhos dão 'bom dia'." Esse resto de cortesia e a beleza dos painéis de Portinari e Burle Marx que ficam na escola Edmundo Bittencourt são ecos dos sonhos de Reidy.

07/08/2005

Autor: EDSON VALENTE

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: IMÓVEIS Página: 5

Edição: São Paulo Aug 7, 2005

Legenda Foto: Vista aérea de Paraisópolis, com 22 mil domicílios em uma área de 1 milhão de metros quadrados

Crédito Foto: Divulgação Base Aerofotogrametria

Vinheta/Chapéu: NOVO BAIRRO

Assuntos Principais: URBANISMO; COMPLEXO DE PARAISÓPOLIS /FAVELA/; URBANIZAÇÃO; MORUMBI /BAIRRO/; VALORIZAÇÃO; SÃO PAULO /SP/

Até 2009, R\$ 200 milhões serão investidos em Paraisópolis; imóveis ao redor encarecerão de 10% a 15%

Favela regularizada valoriza Morumbi

DA REPORTAGEM LOCAL

Até 2009, os imóveis do entorno do Complexo de Paraisópolis, favela cuja área se divide entre os bairros Morumbi e Vila Andrade (zona oeste), deverão valorizar-se de 10% a 15% com o projeto de reforma urbanística e fundiária para transformá-lo em bairro.

As obras serão feitas pelo governo do Estado e pela prefeitura e custarão R\$ 200 milhões. Prevêem o asfaltamento de ruas, a canalização de dois córregos, a implantação de redes de esgoto e de água e de parques e a normalização do fornecimento de energia elétrica nas favelas Paraisópolis, Porto Seguro e Jardim Colombo (as duas últimas também ficam na região do Morumbi).

A prefeitura pretende adquirir a posse da maioria dos lotes em que estão as moradias, e a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) construirá 2.500 casas. "Removeremos famílias que ocupam áreas de risco, onde o terreno é muito inclinado", afirma Orlando Almeida, 55, secretário municipal de Habitação.

De acordo com a Sehab (Secretaria da Habitação), a favela ocupa uma área que pertencia a um loteamento constituído em 1921. "Como no local só havia mato, os lotes foram vendidos no papel", explica Almeida. "Mas o que estava na planta não batia com a topografia real. Muitos donos se

desinteressaram e deixaram de pagar IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano]. A partir dos anos 60, os terrenos foram invadidos."

Assim, existem dois tipos de propriedade na região: as que devem impostos e as que estão em dia com eles. Aos devedores, a prefeitura vai oferecer a anistia da dívida em troca do terreno.

Os que não têm débito pendente receberão a proposta de trocarem o lote por Certificados de Potencial Construtivo _papéis que podem ser comprados por incorporadores que queiram construir, em outras regiões da cidade, acima do coeficiente normal permitido pela Lei de Zoneamento.

Moradores de Paraisópolis serão incentivados a reformar suas casas, com uma linha de financiamento da Caixa Econômica Federal que emprestará R\$ 7.000, a serem pagos em 96 prestações.

Novos empreendimentos

O primeiro impacto no entorno de Paraisópolis, segundo especialistas, será a intensificação de novas incorporações no local. "Elas vão surgir à medida que vingar o novo bairro", prevê João d'Ávila, 47, sócio da Amaral d'Ávila Engenharia de Avaliações.

Para o auditor de investimentos Bernd Rieger, 52, todo o bairro (parte do distrito da Vila Andrade e parte do Morumbi) deverá se valorizar em um percentual de 10% a 15%. "A favela desvaloriza o bairro todo. A sensação de falta de segurança dá mais impacto que a vista para Paraisópolis."

Mas, diz ele, os imóveis vizinhos da favela e os que estão "no caminho", ou seja, misturam-se com o trânsito da população de Paraisópolis, não recuperarão um valor de mercado compatível com o dos que nunca enfrentaram o problema. "O baque da desvalorização sofrida é irreversível", pondera. As casas e os apartamentos nessa situação custam de 20% a 30% menos e têm baixa liquidez.

(EDSON VALENTE)

03/08/2005

Autor: AMARÍLIS LAGE; LUIZ CARLOS MURAUSKAS

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C6

Edição: São Paulo Aug 3, 2005

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: TRILHO HABITACIONAL

Assuntos Principais: URBANISMO; SÃO PAULO /SP/; FAVELA; TRILHO; TREM; CRESCIMENTO; PERIGO; ATROPELAMENTO; CPTM /COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS/ Moradores de 13 áreas na Grande SP vivem ao lado de onde passam as composições, com risco de atropelamento

Favelas avançam sobre as linhas de trem

AMARÍLIS LAGE

DA REPORTAGEM LOCAL

LUIZ CARLOS MURAUSKAS

REPÓRTER-FOTOGRAFICO

Ao entrar no trem que a leva diariamente ao trabalho, a vendedora Andreia Rodrigues Silva, 29, procura sentar sempre longe das janelas de vidro. Tenta evitar, assim, ser alvo de uma pedrada.

"Quando o trem passa perto das favelas, fico bem escondidinha. Já vi gente ser atingida e de vez em quando ouço os barulhos das pedras batendo no vagão", conta.

Os vidros rachados são um dos aspectos associados pela CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), do governo Geraldo Alckmin (PSDB), ao crescimento de favelas ao longo da malha ferroviária _são 13 pontos, lindeiros aos 270 quilômetros de linhas. Em 2003, havia 11.

A situação leva a problemas como o roubo de fios e cabos, a infiltração de água no solo por meio de esgotos clandestinos e o acúmulo de lixo ao longo dos trilhos _no ano passado, foram recolhidas 5.700 toneladas de material nas seis linhas do sistema, incluindo 320 pneus, 5.000 quilos de papel, fogões, sofás e entulho.

O principal risco dessa proximidade afeta, sobretudo, os próprios moradores das favelas: para ir de um lado ao outro da linha férrea, muitos abrem buracos no muro que limita o espaço do trem e caminham sobre o trilho, o que eleva o risco de acidentes. Houve 73 atropelamentos no sistema de janeiro a junho deste ano, 32 fatais.

Moradores da favela do Moinho, no centro de São Paulo, ainda se lembram da morte de uma menina na linha do trem _a comunidade está ilhada entre duas linhas e a única forma de entrar ou sair das casas é passando sobre os trilhos. A passagem das composições, de 15 em 15 minutos, é anunciada por um apito estridente _o "despertador" da favela, como dizem no local. O aviso, porém, não foi

suficiente. "Quando a criança morreu, a turma ficou brava e tacou fogo em tudo aí na linha", afirma o ajudante-geral Nilson de Oliveira, 30.

A presença de pedestres nos trilhos também compromete a eficiência do sistema. Na linha B (Júlio Prestes-Amador Bueno), considerada uma das mais problemáticas, com quatro pontos de favela, os trens deveriam ir da primeira à última estação em 52 minutos _cada viagem, porém, é concluída com cinco minutos de atraso. "Essa é a situação em relação às ocorrências que já estão consolidadas, mas, se amanhã um novo buraco for aberto no muro da ferrovia, isso vai gerar um atraso de mais um ou dois minutos até consertarem o buraco", conta Sérgio de Carvalho Júnior, gerente de Atendimento ao Usuário da CPTM.

Com capacidade para alcançar 90 km/h, a previsão é que os veículos trafeguem a 36 km/h. Perto de pontos de risco, como os buracos nos muros, a velocidade das composições cai para algo entre 10 km/h e 20 km/h, segundo Carvalho Júnior.

Atribuições

De acordo com a assessoria da CPTM, a urbanização das favelas e a instalação de passarelas para a população desses locais é atribuição das prefeituras _o sistema engloba 22 municípios.

"Nós visitamos as comunidades em situação de risco e apresentamos o problema, buscando a conscientização das pessoas", afirma Sérgio de Carvalho Júnior, gerente de Atendimento ao Usuário da CPTM, setor responsável por esse trabalho com as comunidades lindeiras às linhas. Segundo a assessoria da CPTM, muitos acidentes ocorrem perto de passarelas e passagens subterrâneas.

Levantamento fornecido pela Secretaria das Subprefeituras de São Paulo mostra que há três passarelas e passagens subterrâneas associadas a linhas ferroviárias na cidade. A Secretaria de Infra-Estrutura Urbana de São Paulo afirmou, por meio de sua assessoria, que não existe atualmente nenhum projeto para construir novas passarelas na cidade.

O problema habitacional dessas áreas também não parece perto do fim. A Secretaria Municipal da Habitação de São Paulo disse que estão previstas ações em duas favelas próximas ao sistema ferroviário: a do Jaguaré e a Tiquatira.

Há outras três favelas na cidade perto de linhas de trem, mas, segundo a assessoria do órgão, a prioridade é o atendimento à população de complexos localizados em encostas e áreas de manancial. São 2.018 favelas na capital.

A única linha isenta de problemas nesse sentido é a C, que inclui as estações Cidade Jardim, Berrini e Vila Olímpia _localizadas em regiões nobres da zona sul da cidade. Na linha estão instalados os trens mais modernos do sistema, de origem alemã. "Aqui a gente vê, às vezes, vidros trincados, mas só. Nunca vi esse problema de favelas ao lado dos trilhos", conta a estudante Érica Ysaïama, 26.

DEZEMBRO

19/12/2005

Autor: CRISTINA TARDÁGUILA FERREIRA

Origem do texto: COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

Editoria: COTIDIANO Página: C3

Edição: São Paulo Dec 19, 2005

Vinheta/Chapéu: HABITAÇÃO

Assuntos Principais: URBANISMO; HABITAÇÃO; RIO DE JANEIRO /RJ/; FAVELA DA ROCINHA; CONCURSO; PROJETO ARQUITETÔNICO

Concurso elege projeto para mudar Rocinha

CRISTINA TARDÁGUILA FERREIRA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

"Segurança, nós já temos. Agora, o que a gente quer é moradia decente, rua pavimentada, água tratada, esgoto e iluminação", disse o primeiro-secretário da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, o carioca Paulo Cesar Valério, 54, ao contar à Folha o que espera do concurso nacional que, em 30 de janeiro, elegerá o melhor projeto urbanístico para uma das maiores favelas do país _com 56 mil habitantes.

Situada na zona sul do Rio e com cerca de 810 mil m², a Rocinha costuma aparecer na mídia quando é palco de tiroteios ou sofre a intervenção da polícia.

Apesar desse quadro, a segurança parece ter perdido o primeiro lugar da lista de preocupações dos moradores para a necessidade de se estabelecer um plano de infra-estrutura que acabe com o crescimento desordenado.

"Nós também queremos centros culturais para trabalharmos a mente das pessoas que moram aqui", afirmou o diretor de cultura da Associação de Moradores e Amigos do Baixo Barcelos, o cearense Antônio Edigler, 55.

Se tudo correr como planejado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, no dia 23 de janeiro os escritórios de arquitetura inscritos deverão apresentar suas idéias e aguardar uma semana pela decisão final. Até agora, 17 grupos já se inscreveram.

19/12/2005

Autor: CRISTINA TARDÁGUILA FERREIRA

Origem do texto: COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

Editoria: COTIDIANO Página: C3

Edição: Nacional Dec 19, 2005

Vinheta/Chapéu: HABITAÇÃO

Assuntos Principais: RIO DE JANEIRO /RJ/; HABITAÇÃO; FAVELA DA ROCINHA; URBANISMO; CONCURSO; PROJETO ARQUITETÔNICO

Resultado sai em janeiro

Rocinha faz concurso para virar novo bairro

CRISTINA TARDÁGUILA FERREIRA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

"Segurança, nós já temos. Agora, o que a gente quer é moradia decente, rua pavimentada, água tratada, esgoto e iluminação", disse o primeiro-secretário da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, o carioca Paulo Cesar Valério, 54, ao contar à Folha o que espera do concurso nacional que, em 30 de janeiro, elegerá o melhor projeto urbanístico para uma das maiores favelas do país _com 56 mil habitantes.

Situada na zona sul do Rio e com cerca de 810 mil m2, a Rocinha costuma aparecer na mídia quando é palco de tiroteios ou sofre a intervenção da polícia.

Apesar desse quadro, a segurança no local parece ter perdido o primeiro lugar da lista de preocupações dos moradores da comunidade para a necessidade de se estabelecer um plano de infra-estrutura que acabe com o crescimento desordenado.

"Nós também queremos centros culturais para trabalharmos a mente das pessoas que moram aqui", afirmou o diretor de cultura da Associação de Moradores e Amigos do Baixo Barcelos, o cearense Antônio Edigler, 55.

Se tudo correr como planejado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento e pelo IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), no dia 23 de janeiro os escritórios de arquitetura inscritos deverão apresentar suas idéias e aguardar uma semana pela decisão final. Até agora, 17 grupos já se inscreveram.

"Esse projeto é um grande passo para estabelecermos um novo bairro", ressalta o vice-governador e secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Luiz Paulo Conde. "Serão detectadas as partes insalubres, mal iluminadas e que apresentam condições propícias a doenças. Vamos abrir ruas e estabelecer limites, dando dignidade e prazer de viver na Rocinha", diz Conde.

Segundo ele, as primeiras obras devem começar em oito meses. "Uma nova Rocinha já poderá ser vista em quatro anos." O custo total estimado para todo o projeto é de R\$ 100 milhões.

Uma feijoada com roda de samba animou, ontem, na quadra da Acadêmicos da Rocinha, o lançamento do primeiro mapa de ruas da favela. O guia, produzido pela ONG Desatando os Nós do Rio, leva a assinatura do artista plástico Jorge de Salles. O guia já pode ser encontrado nas livrarias da cidade e custa cerca de R\$ 20.

16/12/2005

Autor: VICTOR RAMOS

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C5

Edição: São Paulo Dec 16, 2005

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: HABITAÇÃO

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; PARQUE NOVO MUNDO /BAIRRO/; FAVELA; INCÊNDIO; DESTRUICÃO; WALTER FELDMAN; SUSPEITA; MORADOR

Walter Feldman, secretário das Subprefeituras, diz desconfiar que objetivo de fogo em favela era "pegar verba"

Para tucano, morador é suspeito de incêndio

VICTOR RAMOS

DA REPORTAGEM LOCAL

O secretário das Subprefeituras, Walter Feldman, afirmou ontem que o incêndio que destruiu 70 barracos da favela Parque Novo Mundo, na zona norte de São Paulo, pode ter sido criminoso. Mais que isso, Feldman incluiu entre os suspeitos moradores da própria favela, causando indignação entre a comunidade local.

O incêndio teve início na noite de anteontem e só foi controlado ontem de manhã. Cerca de 500 pessoas de 208 famílias foram desalojadas, segundo a prefeitura.

Ao falar sobre o caso em entrevista ao "SP TV", da TV Globo, Feldman disse que havia "suspeitas fortíssimas" de que o incêndio foi criminoso. O motivo, disse, seria "pegar a verba dada pela subprefeitura para o deslocamento para outro local". A prefeitura tem R\$ 5.000 para cada família programada para deixar o local como parte de um programa de combate a enchentes. Feldman diz que, quem não foi beneficiado, pode ter usado o incêndio para tentar obter a verba.

Após dizer que poderiam ser pessoas de dentro da favela, o secretário evitou dizer que os principais suspeitos eram os moradores. Os moradores da favela se revoltaram com as suspeitas.

"A comunidade inteira ficou muito chateada com o Feldman. Ele foi muito infeliz. O povo não tinha nenhum motivo para jogar fogo no barraco. Tem muita gente aqui que perdeu tudo", disse Cícero Pinheiro, líder comunitário.

Em entrevista à Folha, o secretário afirmou que as suspeitas eram baseadas em afirmações de pessoas que têm experiência nesse tipo de situação, como bombeiros e técnicos da prefeitura.

"Nesta época é improvável a ocorrência de incêndios, quanto mais dois no mesmo local. É um momento de grande umidade relativa do ar e chuvas frequentes e os barracos são todos de madeira. E é um local próximo a uma operação da prefeitura. É muito estranho", afirmou. Em seguida, falou sobre as suspeitas.

Folha - Quem teria interesse?

Feldman - É uma área de muito conflito. Destinamos uma verba para o deslocamento de famílias. Famílias que não seriam deslocadas podem dizer: 'Mas, se tiver um incêndio, desloca'. Eu estou fazendo, claro, uma especulação. Há interesses múltiplos, situações tensas. Pode ser gente de fora.

Folha - Mas quem tem direito a receber esses benefícios são os moradores...

Feldman - Veja bem, eu não estou dizendo que a sua análise não está correta. Mas eu fico em uma situação de muita fragilidade se eu acuso a comunidade.

Portaria

Ele afirmou que hoje será publicada uma portaria determinando que todos os incêndios em situações como a da favela sejam investigados. Segundo ele, deverão ser feitos imediatamente boletins de ocorrência e será pedida agilidade à polícia técnica.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública afirmou que "todas as ocorrências de incêndios são investigadas."

Procurada na noite de ontem para comentar as declarações do secretário, a assessoria de imprensa do prefeito José Serra (PSDB) disse que quem responde pelo ocorrido na favela é o próprio Walter Feldman.

14/12/2005

Autor:

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: COTIDIANO Página: C4

Edição: São Paulo Dec 14, 2005

Legenda Foto: O local na última segunda, quando ainda havia dez barracos; A passagem ontem, depois da remoção dos moradores de rua

Crédito Foto: Rogério Cassimiro/Folha Imagem; Flávio Florido/Folha Imagem

Vinheta/Chapéu: URBANISMO

Assuntos Principais: SÃO PAULO /SP/; HABITAÇÃO; MORADOR DE RUA; PREFEITURA; RETIRADA; BARRACO; AVENIDA PAULISTA; EXCLUSÃO SOCIAL

Moradores de rua reclamam

Barracos sob a passagem da Paulista são retirados

DA REPORTAGEM LOCAL

A Prefeitura de São Paulo retirou ontem barracos construídos sob a passagem subterrânea que liga a avenida Paulista à Doutor Arnaldo. Até a noite de anteontem, havia dez barracos feitos com pedaços de madeira, plástico e papelão no local.

Segundo a Subprefeitura da Sé, os moradores de rua que viviam na área foram avisados que haveria uma ação de limpeza. Três caminhões ficaram cheios com material dos moradores de rua.

"Foi uma sacanagem o que fizeram com a gente. Estava guardando carros e, quando voltei, não tinha mais nada aqui. Levaram colchões e cobertores", diz Márcia Santos, 29. Ela reclama que as roupas do filho Kaíke, de três anos, foram levadas "pela rapa".

Os adolescentes que moram em outro ponto da passagem dizem que até o balanço onde brincavam, que ficava pendurado no viaduto do complexo viário Rebouças, foi cortado. "Levaram também documentos de algumas pessoas", afirma Diego Souza, 17.

A subprefeitura diz que foi retirado apenas o que era lixo. E confirma que colchões molhados foram jogados fora. Segundo a administração regional, são feitas abordagens no local todos os dias para convencer as pessoas a ir para albergues. Na madrugada de ontem, a subprefeitura diz que cinco pessoas estavam na passagem. Nenhuma quis ir para o equipamento público.

02/12/2005

Autor: ELVIRA LOBATO

Origem do texto: DA SUCURSAL DO RIO

Editoria: COTIDIANO Página: C1

Edição: Nacional Dec 2, 2005

Legenda Foto: Muro com pichação na favela do Quitungo, que fica próxima ao local onde o ônibus foi incendiado

Crédito Foto: Ana Carolina Fernandes/Folha Imagem

Observações: SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ABRIGO DO MEDO

Assuntos Principais: RIO DE JANEIRO /RJ/; SEGURANÇA PÚBLICA; HABITAÇÃO; FAVELA DO QUITUNGO; TRÁFICO DE DROGAS; VIOLÊNCIA POLICIAL

Favela foi transferida da zona sul

Moradores do Quitungo vieram da Catacumba, que ficava na lagoa

ELVIRA LOBATO

DA SUCURSAL DO RIO

A favela do Quitungo passou por uma troca recente de comando. Ex-policiais expulsaram os chefes do tráfico ligados à facção TCP (Terceiro Comando Puro) e passaram a controlar a área. A mudança não eliminou o clima de medo na favela.

Segundo moradores, um ex-policial, recém-saído da prisão, comandou a expulsão dos chefes do tráfico em confrontos que duraram mais de uma semana, nos quais teriam morrido pelo menos dez supostos criminosos.

A população diz que já não há mais bocas-de-fumo a céu aberto nem traficantes à luz do dia com armas em punho. Em menor escala, o tráfico segue, dominado pelo Comando Vermelho.

Nome do conjunto habitacional que abrigou favelados tirados da zona sul, em 1970, o Quitungo voltou a ser notícia com o atentado ao ônibus e a execução dos supostos autores do atentado.

O ataque aos passageiros, segundo a polícia, seria retaliação à morte de Leonardo de Souza Ribeiro, 22, baleado por policiais. Era "gerente" do tráfico nas favelas surgidas ao redor dos conjuntos habitacionais Quitungo e Guaporé, erguidos para abrigar famílias removidas da extinta favela da Catacumba, às margens da lagoa Rodrigo de Freitas, um dos cartões-postais da cidade.

Moradores do Quitungo lamentam a troca. Não há segurança nem nos edifícios, invadidos por bandidos nos confrontos com facções ou a polícia.

O Quitungo virou parte de um complexo de favelas, com 50 mil moradores, em Brás de Pina. Em agosto de 2001, foi palco de uma violenta chacina, com 13 assassinados a tiros na disputa entre facções. Cinco eram menores.

Os moradores lembram que foram obrigados a pôr os corpos em uma Kombi, recolher restos de massa encefálica espalhados pelo chão e lavar o sangue.

Muros são repletos de pichações de facções. O TCP deixou o seguinte recado: "Tranquilo morador, guerra é só com bandido".

ANEXO C – Matérias – Invasões – Correio Braziliense**ABRIL**

15/04/2005

P. A-27

MEIO AMBIENTE

**INVASORES
RETIRADOS**

A Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal (Comparques) começou a segunda etapa da retirada de famílias que viviam irregularmente no Parque Ezequias Heringer, no Guará. Cinco edificações foram derrubadas ontem pela manhã. A operação, realizada com o apoio do Subsecretaria de Vigilância e Uso do Solo (Siv-Solo), ocorreu porque o parque é uma Área de Proteção Ambiental (APA). Segundo o subsecretário da Comparques, Alberone de Paula Farias, a operação deve se estender até a próxima semana. "Temos de retirar 125 famílias nesta etapa", diz.

21/04/2005
P. BSB-32

32 • Brasília, quinta-feira, 21 de abril de 2005

45
BRASÍLIAS
CORRIO BRASILIENSE

Inteligência, robustez, eficiência, ética,
resistência, inovação, performance,
segurança, energia, liberdade

Incansável e Grilada

Força de trabalho

Uma história de luta

Desde o início da capital, a fixação dos setores mais pobres se deu por meio de movimentos de resistência

ANA HELENA PEREIRA
DA EQUIPE DO CORRÍO

O chamado de Juscelino Kubitschek foi atendido não só pelos homens em busca de trabalho e de aventura. Mas também por mulheres, velhos e crianças que, apesar das restrições governamentais, lutaram para aqui se fixar.

As construtoras ofereceram acampamentos aos trabalhadores. Mesmo sem desceja a presença de milhares no imenso canteiro de obras, os responsáveis pela construção permitiram que as famílias dos candangos se fixassem em vilas e invasões que nasciam ao redor dos alojamentos oficiais. Ninguém parecia se importar com o fato de a população local ter saltado de 6 mil habitantes, no final de 1956, para 12.283 em julho de 1958 e para 26,8 mil oito meses depois. Em maio de 1959, eram 64.314 pessoas. Imagina-se que, ainda a construção, a maioria tinha emboço.

"Mas it para onde? Quem veio para cá não tinha nada na terra que deixou. Se, como dizia JK, construímos a capital de todos os brasileiros, Brasília também em nossa. Começava a luta dos candangos para fixar na cidade que haviam construído", recorda o comerciante mineiro Geraldo Resende de Carvalho, 72 anos, em Brasília desde 1967. Uma história de resistência que ainda não terminou. A exemplo dos primeiros migrantes, ainda hoje as famílias que chegam à capital precisam brigar com o governo para ter o direito de viver na terra prometida. Foi o que ocorreu no Núcleo Bandeirante, Vila Planalto e Telesbrasil, na Ceilândia, no Paranoá. E o que acontece hoje nas duas maiores invasões do DF, Itapoá e Estrutural, que passam por processo de regularização depois dos anos de recusa dos moradores em mudar para assentamentos em outras cidades.

"Não há números precisos, mas estima-se que o déficit habitacional do DF seja de 160 mil moradias, tanto para os pobres quanto para a classe média", calcula o presidente da Câmara de Votos Imobiliários do DF ICVL, Frederico Attié. "Brasília sempre será um polo atrativo. As pessoas vêm, brigam, consolidam uma cidade. Mas, com o passar dos anos, seus filhos não têm condições de se manter naquele lugar. Vão para outros, como o Itapoá, e começa tudo de novo".

Para a professora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB, Ana Maria Nogueira, trata-se de um fenômeno comum à formação das cidades brasileiras. "Ocupações assim ocorreram em todas as cidades do país que tiveram um crescimento rápido. A diferença é que aqui sempre teve uma política pública de criação de cidades para abrigar quem não cabia no projeto original", ressalta. Se no começo as pessoas queriam participar da aventura da construção e tinham o sonho de enriquecer, hoje migram para fugir da miséria ab-

Pompeu Baraúga para o CB



REENCONTRO DE PIONEIROS DO PARANOÁ, CEILÂNDIA E DAS VILAS PLANALTO E TELESBRASIL. ELES ACREDITAM NO SONHO DE JK E COMPARILHARAM PASSADO DE LUTA POR MORADIA

solta. "Se Brasília está grilada, o resto do país tem pneumonia. Faltam cidadania, mas ninguém more de fome aqui. Não mesmo", completa Attié. Para os dois especialistas, o desafio que se apresenta aos governantes de hoje é investir na cidadania de quem aqui vive e em políticas públicas de distribuição de riquezas pelo país. "Se tive emprego perto da família, para que as pessoas vão migrar? A solução para a cidade passa pela criação de emprego e renda em todas as cidades brasileiras", ressalta o presidente da CVL.

Uma cidade livre

Os responsáveis pela logística da construção da nova capital (técnicos da Noracop) planejaram uma porta de entrada para os trabalhadores que chegassem à nova capital. Um centro comercial, com apenas duas avenidas, previsto para existir

durante quatro anos – tempo suficiente para a conclusão de Brasília. De 1956 a 1960, a Cidade Livre abrigou hotéis de madeira para os recém-chegados, restaurantes, bares, prostíbulos, e pôs à venda toda espécie de gêneros e materiais básicos, num misto de feira e almoxarifado.

Sete meses depois de implantada, em julho de 1957, ali já existia mais de uma centena de construções e de mil pessoas em atividade. No final do mesmo ano, eram 7 mil pessoas. O espaço tornou-se pequeno para tamanho movimento. Surgiram, ao redor da Cidade Livre, os acampamentos Metropolitana e Candangolândia, além de várias invasões. Com o tempo, os moradores criaram amor e raízes pelo lugar. Passaram a achar o termo "luta" pejorativo e a se referir ao local como Núcleo Pioneiro – estava lançada a raiz do que viria a ser o Núcleo Bandeirante.

Quando Brasília foi inaugurada, a população local era de 20 mil pessoas, entre moradores e população flutuante. Começaram aí as pressões para a transferência da comunidade para a Área Norte, Taguatinga e Gama. Houve também suspeitos de várias construções – o que os moradores entendiam como forma de pressão velada para que desocupassem a área. A comunidade resistiu. Durante o governo de Nilo Quadros, exigido a fixação como uma cidade-castelo, a população da Cidade Livre resistiu. As constantes pressões dos pioneiros e a falta de moradia levaram à criação da cidade, em 20 de dezembro de 1963, a partir de uma lei federal. O Núcleo Bandeirante é a única cidade do DF criada por lei do Congresso Nacional sancionada por um presidente da República. Mas a medida não impediu o crescimento de invasões e povoados entre o Núcleo Bandeirante e o Plano Piloto.

Território sem lei

ROVÊNIA ANJOS
DA EQUIPE DO CORRÍO

A terras no quadrilátero de 5.922 km², demarcadas na década de 50, são um monumental caso de política. Como o processo de desapropriação não alcançou toda a área, pretensões hereditárias resultaram na partilha indenizada de propriedades que se entendiam públicas. A confusão fundiária nasceu e acabou por alimentar uma rede de especulação imobiliária que faz com que antigas fazendas e, mais recentemente, chácaras destinadas à produção agrícola, sejam alvo de invasões dilúvicas de regularização. Os processos se arrastam em etapas urbanísticas, ambientais, jurídicas e em infindáveis processos políticos.

Ainda hoje não se sabe precisar nem mesmo quantos condomínios existem em terras do Distrito Federal. São três frentes de governo buscando solução para uma população estimada em 600 mil pessoas que moram em lotes sem escritura. O problema dos loteamentos em terras públicas é da competência da Terracap, empresa que cuida do patrimônio desapropriado e situado em áreas urbanas. A Secretaria do Patrimônio da União ad-

ministra terras com característica rural e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Habitação, os condomínios em domínio particular.

"Em 2002, havia 567 processos na secretaria, mas foram enviados à Terracap para uma reavaliação da questão fundiária", diz Danilo Sacchi, subsecretário de Análise de Parcelamentos Urbanos na Secretaria de Habitação do Governo do Distrito Federal (GDF). A estimativa é de que cerca de 80% desses loteamentos estejam em áreas particulares. A secretaria trabalha para terminar um cadastramento desses condomínios e de seus moradores. A União tem o estudo mais avançado. Há condomínios situados nas áreas fazendas Contragem São João e Sábria, na região de Sobradinho.

Mas ainda há pendências em outras regiões, como as 25 mil pessoas que moram nos loteamentos da região de Vicente Pires, a esquerda da Estrutural. No Itapoá, ao lado do Paranoá, pelo menos 35% da ocupação estão em terras do governo federal. Para regularizar a situação fundiária dessas áreas, a União busca um entendimento com as famílias para evitar novas construções até que se decida como será a venda dos lotes. A

alienação será norteada pelos critérios estabelecidos pela Lei 9.636/96, que dispõe sobre a regularização e venda de imóveis da União.

"Brasília só garantirá um desenvolvimento sustentável com esse pacto de co-responsabilização entre a população e os governos", afirma Alexandra Reschke, secretária do Patrimônio da União. A secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF Diana Mendes da Mota, diz que a regularização dos condomínios em terras particulares ou públicas depende de uma solução única. "Precisamos de uma medida que resolva o problema em bloco, de uma só vez, para depois partir para as particularidades". Uma tarefa que, segundo ela, depende da boa vontade também do Judiciário, Legislativo, Ministério Público e da população.

Regularização lenta

Vencidas as etapas urbanísticas e ambientais, a Terracap tem recorrido à licitação para regularizar os imóveis em terras públicas. O Setor Habitacional Taguatinga é o primeiro a passar pela experiência que já se refletiu num freio à especulação. O preço dos terrenos irregulares caiu e as pessoas

ficaram mais cautelosas antes de despejar as economias num negócio duvidoso. A divisão de terras em lotes para moradia ainda prossegue, como no caso das terras do núcleo rural Sol Nascente, no setor P sul da Ceilândia, mas nada comparado à voracidade da grilagem nas décadas de 80 e 90. Terras virgens com vista privilegiada para o Lago Paranoá ou vizinhanças de nascentes e córregos eram piquetes vendidos rapidamente.

O confronto continuou, mesmo depois de comissão parlamentar de inquérito, criada em 1995 na Câmara Legislativa, identificar integrantes da malícia das terras no DF. Ainda existia na capital a ideia de que o quadrilátero era um território sem lei. Quando o governo local acordou para o problema, os especuladores correram para a justiça. A guerra de limites assestou a moradia e salvou as construções das operações de derrubadas. No começo de 1999, o Condomínio Solar de Brasília, próximo onde fica hoje a Ponte JK, era ainda um terreno cercado por arame farpado e vigiado por um homem que percorria a área num cavalo. Hoje, as ruas abertas, a iluminação e as decorações de casas construídas no local criaram mais um loteamento à espera de regularização.

OUTUBRO

02/10/2005
P. AD-28-29

sem saída, depois de um dia de chuva e sol

CIDADES

No Distrito Federal, existem pelo menos 19 áreas ocupadas irregularmente, além de sete outras cobertas por grileiros. A história se repete, sem que se vislumbre uma solução definitiva nem a curto nem a longo prazo

Invasões sem fim

OCUPAÇÃO
O Distrito Federal possui uma área de 5.770 km², com uma população de 2,6 milhões de habitantes. No entanto, a cidade não consegue absorver toda a população que nela vive. Isso resulta em uma ocupação irregular, com cerca de 19 áreas ocupadas irregularmente, além de sete outras cobertas por grileiros. A história se repete, sem que se vislumbre uma solução definitiva nem a curto nem a longo prazo.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipes), a ocupação irregular no Distrito Federal é uma realidade que vem se agravando ao longo dos anos. A cidade não consegue absorver toda a população que nela vive. Isso resulta em uma ocupação irregular, com cerca de 19 áreas ocupadas irregularmente, além de sete outras cobertas por grileiros. A história se repete, sem que se vislumbre uma solução definitiva nem a curto nem a longo prazo.



Em uma das áreas ocupadas irregularmente, no Distrito Federal, vivem milhares de pessoas em condições precárias.

Coisa de quadrilha

Os moradores das áreas ocupadas irregularmente no Distrito Federal vivem em condições precárias. Eles não têm acesso a serviços básicos como água, luz e saneamento. Além disso, eles são constantemente ameaçados por traficantes de drogas e outros criminosos.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipes), a ocupação irregular no Distrito Federal é uma realidade que vem se agravando ao longo dos anos. A cidade não consegue absorver toda a população que nela vive. Isso resulta em uma ocupação irregular, com cerca de 19 áreas ocupadas irregularmente, além de sete outras cobertas por grileiros. A história se repete, sem que se vislumbre uma solução definitiva nem a curto nem a longo prazo.



MORADIA			
Áreas de Ocupação Irregular (AOI) e Áreas Cobertas por Grileiros (ACG) no Distrito Federal			
Localidade	Área	População	Observações
Área de Ocupação Irregular (AOI) 1	Área de Ocupação Irregular (AOI) 1	10.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 1
Área de Ocupação Irregular (AOI) 2	Área de Ocupação Irregular (AOI) 2	15.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 2
Área de Ocupação Irregular (AOI) 3	Área de Ocupação Irregular (AOI) 3	20.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 3
Área de Ocupação Irregular (AOI) 4	Área de Ocupação Irregular (AOI) 4	25.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 4
Área de Ocupação Irregular (AOI) 5	Área de Ocupação Irregular (AOI) 5	30.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 5
Área de Ocupação Irregular (AOI) 6	Área de Ocupação Irregular (AOI) 6	35.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 6
Área de Ocupação Irregular (AOI) 7	Área de Ocupação Irregular (AOI) 7	40.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 7
Área de Ocupação Irregular (AOI) 8	Área de Ocupação Irregular (AOI) 8	45.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 8
Área de Ocupação Irregular (AOI) 9	Área de Ocupação Irregular (AOI) 9	50.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 9
Área de Ocupação Irregular (AOI) 10	Área de Ocupação Irregular (AOI) 10	55.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 10
Área de Ocupação Irregular (AOI) 11	Área de Ocupação Irregular (AOI) 11	60.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 11
Área de Ocupação Irregular (AOI) 12	Área de Ocupação Irregular (AOI) 12	65.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 12
Área de Ocupação Irregular (AOI) 13	Área de Ocupação Irregular (AOI) 13	70.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 13
Área de Ocupação Irregular (AOI) 14	Área de Ocupação Irregular (AOI) 14	75.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 14
Área de Ocupação Irregular (AOI) 15	Área de Ocupação Irregular (AOI) 15	80.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 15
Área de Ocupação Irregular (AOI) 16	Área de Ocupação Irregular (AOI) 16	85.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 16
Área de Ocupação Irregular (AOI) 17	Área de Ocupação Irregular (AOI) 17	90.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 17
Área de Ocupação Irregular (AOI) 18	Área de Ocupação Irregular (AOI) 18	95.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 18
Área de Ocupação Irregular (AOI) 19	Área de Ocupação Irregular (AOI) 19	100.000	Área de Ocupação Irregular (AOI) 19

UMA FILA DE 100 MIL PESSOAS
A fila de espera para conseguir uma casa no Distrito Federal é uma realidade que vem se agravando ao longo dos anos. A cidade não consegue absorver toda a população que nela vive. Isso resulta em uma ocupação irregular, com cerca de 19 áreas ocupadas irregularmente, além de sete outras cobertas por grileiros. A história se repete, sem que se vislumbre uma solução definitiva nem a curto nem a longo prazo.

Como a classe média invade

A classe média também está invadindo o Distrito Federal. Eles estão comprando casas em áreas ocupadas irregularmente, o que está causando problemas para os moradores das áreas ocupadas irregularmente.



Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipes), a ocupação irregular no Distrito Federal é uma realidade que vem se agravando ao longo dos anos. A cidade não consegue absorver toda a população que nela vive. Isso resulta em uma ocupação irregular, com cerca de 19 áreas ocupadas irregularmente, além de sete outras cobertas por grileiros. A história se repete, sem que se vislumbre uma solução definitiva nem a curto nem a longo prazo.

05/10/2005
P. A-22

22 • Brasília, quarta-feira, 5 de outubro de 2005 • CORREIO BRAZILIENSE

CIDADES

HABITAÇÃO

Cerca de 150 famílias que vivem de catar papel em ocupação escondida no cerrado na DF-095 serão retiradas do local para trabalhar em centros de triagem do lixo

Nova invasão na Estrutural

CECÍLIA BRANDIN
DA EQUIPE DO CORREIO

As margens da Via Estrutural (DF-095) voltaram a ser endereço de invasão. Enquanto o Governo do Distrito Federal (GDF) concentra esforços para regularizar as moradias improvisadas ao redor do lixo e que existem há pelo menos dez anos, outra ocupação cresce perto dali. A nova invasão fica do outro lado da rodovia, escondida pelo cerrado, e difícil de ser vista pelos motoristas que trafegam rumo ao Plano Piloto. Há três anos, eram poucos barracos, construídos por catadores de lixo que perambulavam pelo Setor de Indústrias Gráficas (SIG) ou pelo Setor de Inflamáveis. Hoje, pelo menos 150 famílias se aglomeram no local, entre o lixo, as árvores e os barracos feitos de madeirite velha.

O terreno pertence ao governo local e é uma área de risco. A falta verde onde os invasores se instalaram divide uma das vias mais movimentadas do Distrito Federal dos galpões de empresas que armazenam produtos de alto potencial explosivo. São terminais de distribuição de gás e combustíveis. A cerca de 800 metros dos barracos fica o poliduto da Petrobras, por onde passam diariamente milhões de litros de diesel e gasolina.

As tentativas de retirada dos ocupantes foram frustradas. Há menos de um mês, os fiscais da Subsecretaria do Sistema Integrado de Vigilância do Solo (SivSolo) chegaram, com todo o aparato de remoção, para acabar com a invasão. Mas a operação não teve sucesso. A estratégia de resistência montada pelas famílias, com barricadas humanas, queima de pneus e confronto direto fez a equipe recuar e mudar de planos.

Apenas um terço dos moradores da nova invasão, segundo o SivSolo, é ligado a alguma cooperativa de catadores de papel. A maior delas é a Cooperativa de Coleta Seletiva de Produtos Recicláveis com Formação e Educação Ambiental. Até o final do mês, eles terão um lote no Setor Complementar de Indústria (SCIA) para a construção de um centro de triagem adequado. Hoje a separação dos materiais é feita ao ar livre.

Lixo limpo

Com esse trabalho, Terezinha de Fátima Pereira Pinto, 24 anos, ganha R\$ 400 por mês para sustentar cinco filhos. O material recolhido é vendido para duas empresas de reciclagem. Três vezes por semana, um carro-pipa entrega água potável às famílias. A energia elétrica é roubada da iluminação pública e o transporte escolar às crianças é garantido pela Secretaria de Educação. "A gente não está aqui para ganhar lote, mas para ter um lugar fixo para trabalhar", diz Terezinha, com o caculá, Márcio Vitor, de um ano e sete meses, no colo. Mas todos que estão no local te-

Marcelo Ferreira/CE



TEREZINHA PINTO E O FILHO MÁRCIO VICTOR MORAM NA NOVA INVASÃO. "A GENTE NÃO ESTÁ AQUI PARA GANHAR LOTE, MAS PARA TER UM LUGAR PARA TRABALHAR"

ONDE FICA

Cerca de 150 famílias ocupam a área, entre a DF-095 (Via Estrutural) e o Setor de Indústria e Abastecimento, próximo ao Setor de Inflamáveis.

A área ocupada, de aproximadamente 5 mil m², é pública e considerada de risco.



ção de sair, segundo o SivSolo.

A expectativa da Agência de Desenvolvimento Social (ADS) é que a melhorias nas condições de trabalho dos catadores resolva parte dos problemas financeiros das famílias e que elas consigam um lugar legalizado para morar. O Programa Lixo Limpo vai destinar sete áreas para as cooperativas. Entre elas, a dos catadores que trabalham na área contami-

nada do lição da Estrutural.

Os novos centros de triagem serão em Ceilândia, Santa Maria, Riacho Fundo e SCIA. Os beneficiados não serão donos das terras, apenas assinarão um contrato de concessão de uso com o governo. E a estrutura dos centros ficará por conta dos catadores, que devem recorrer a parcerias com a Fundação Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF).

Mais seis pessoas presas

ARY FILGUEIRA
DA EQUIPE DO CORREIO

Sentada no meio-fio do lado de fora da 6ª Delegacia de Polícia do Paranoá, Cleuza Alves Moraes, 48 anos, desesperava-se ao saber que suas sobrinhas seriam levadas para o Presídio Feminino do Distrito Federal, no Gama. Renata Alves de Souza, 25, Daiana Alves Moraes, 18, e quatro homens, são acusados de invadirem ontem de manhã a área conhecida como Capoeira do Balsamo, perto da invasão do Itapoã. Um dia antes, outras 50 pessoas também foram presas sob a acusação do mesmo crime: parcelamento irregular do solo e invasão de terra pública.

Segundo Cleuza, as duas foram confundidas com invasores. Elas teriam saído do Itapoã para a casa da avó, que fica no Paranoá. "O caminho é obrigatório", garantiu Cleuza. O noivo de Cláudia Ribeiro de Almeida, 19, também teria sido confundido pelos policiais militares que efetuaram as seis prisões. "Ele trabalha de pedreiro no Paranoá e saiu de casa por volta das 7h30. Não para invadir terra", afirma a mulher, que não quis identificar o marido. O casal tam-

bém mora no Itapoã. "Acreditamos na PM. Todos se juntaram aos demais presos de ontem. Os homens serão levados para o Departamento de Polícia Especializada (DEP). As mulheres, ao Presídio Feminino", disse o delegado-chefe da 6ª DP, Ricardo Yamamoto.

À tarde foi de limpeza na região disputada por invasores e defendida pelos órgãos oficiais do governo. Oito caminhões da Subsecretaria do Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo (SivSolo) foram usados para transportar ao lixo pedaços de fita, estacas de madeira e lona usadas para a demarcação ilegal. Mesmo com a situação aparentemente controlada, a polícia e o SivSolo farão vigia no local.

Cerca de 40 homens ficaram na área, das 8h às 18h, por tempo indeterminado. Uma tenda cedida pela 10ª Companhia de Polícia Militar Independente do Paranoá serve de abrigo. "Não sairemos da área até que não haja mais perigo", garantiu o responsável pela operação, capitão Reginaldo Albuquerque Lima, do SivSolo. A tentativa de invadir a área começou na sexta-feira, quando cerca de 500 pessoas tentaram parcelar lotes.

NOVEMBRO

21/11/2005

P. AS-15

15 CIDADES

PAS
Luiz Henrique perdeu provas de ontem por causa de atraso. Abstenção da terceira etapa foi de 12%. Gabarito sai quarta-feira.

PÁGINA 18

CORREIO BRASILENSE

BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2005
Editora: Samanta Salbany/
samanta.salbany@correioweb.com.br
Subeditores: Ana Paula, Roberto Fonseca,
Valéria de Velasco e Wilmar Alves
Coordenadora: Tati Braga/
tati.braga@correioweb.com.br
e-mail: cidades@correioweb.com.br
Tel.: 3214-1100 • 3214-1181
Fax: 3214-1165

ALERTA

Os 35 mil moradores da Estrutural vivem em meio a 126 pontos perigosos, levantados pela Defesa Civil. Entre eles, erosões, áreas de alagamento e pequenos comércios ilegais de gás e gasolina

Invasão de risco

CECÍLIA BRANDIM
DAQUILO DO CORREIO

E enquanto não são resolvidos os problemas fundiários e urbanísticos da Estrutural, os 35 mil moradores da segunda maior invasão do Distrito Federal se organizam para minimizar as ameaças do lugar onde tudo é construído na base do improviso. Levantamento feito por agentes comunitários voluntários da Defesa Civil e concluído em outubro aponta 126 pontos vulneráveis ou de risco na área.

O estado crítico se revela nas seguidas ocorrências de incêndios e alagamentos, que deixam moradores desabrigados e trans-

formam barracos de madeira em pó. Só este ano, pelo menos nove moradores pegaram fogo.

“PELA QUANTIDADE DE GENTE QUE VIVE NAQUELE LOCAL, A ESTRUTURAL É A COMUNIDADE QUE VIVE AS CONDIÇÕES MAIS CRÍTICAS DO DF”

Nilo de Abreu, subsecretário de Defesa Civil

formam barracos de madeira em pó. Só este ano, pelo menos nove moradores pegaram fogo. No último dia 10, a chuva forte provocou o rompimento de um fio de alta tensão, que caiu sobre o telhado de uma casa. Vários barracos foram destruídos com a força do vento. Às vezes, os próprios moradores colocam os familiares em perigo. É o caso da dona-de-casa Terezinha Zacarias dos Santos, 37 anos, e seus familiares, que moram na quadra 16, em um barraco de 20 metros quadrados. A porta de entrada da casa de quatro cômodos está na mira da enxurrada que desce da rua quando as chuvas engrossam. Apesar da ventania da família de proteger os móveis com calhas no telhado e reforço na base do muro, a água invade a sala, a cozinha e os dois quartos. E encontra pelo caminho fios expostos. A energia elétrica sai dos postes de iluminação pública e chega às tomadas por meio de

ligações clandestinas.

O destino do esgoto é a fossa negra, cavada próxima ao muro, que transborda com as chuvas e leva para as ruas os dejetos. “A gente vai tentando ajeitar, abrindo valas na lateral de casa, mas não tem muito o que fazer. Morro de medo de um curto-circuito”, conta Terezinha. O pequeno Miquéias, quatro anos, filho da dona-de-casa, foi vítima de um choque, em um descuido dos pais. “Pensei que ele ia morrer”, lembra a mãe. A sorte do garoto não foi a mesma de outros moradores. “Vimos muitas pessoas morrerem eletrocutadas por conta das ‘gambiarrias’”, afirma o agente voluntário da Defesa Civil, Gilmar Conceição da Silva, 34, morador da invasão.

Os moradores estão expostos também às doenças. Segundo a Defesa Civil, a invasão está

MAPA DO PERIGO

A invasão da Estrutural apresenta 126 pontos de risco aos 35 mil moradores. São erosões, postos de venda de gás e de fogos de artifícios, entre outros



tomada por ratos, baratas, pulgas, carrapatos, moscas e insetos, em função da enorme concentração de catadores de lixo, que trabalham no aterro do Jôquei, o lião. “Não adianta limpar nada, lá em casa os ratos sobem no fogão”, lamenta Márcia Galvão de Souza, 24, moradora da quadra 17. Entre uma casa e outra, a Defesa Civil ainda encontrou ameaças mais graves. Doze pequenos estabelecimentos vendem gás de cozinha

ilegalmente. Os botijões são transportados na garupa de motos e distribuídos para toda a invasão. A venda de artigos explosivos, como fogos de artifícios e de produtos químicos, como água sanitária caseira, também está espalhada pelas 17 quadras da Estrutural. Há 27 comércios desse tipo, segundo o levantamento. Em pelo menos três lotes da região do Setor de Oficinas, área informal próxima à Cidade do Automóvel,

existe o risco de uma grande tragédia. São os endereços de três carrocerias clandestinas, onde a queima de madeira ocorre indiscriminadamente. “Os carroceiros somem, deixam tudo queimando e nós não conseguimos saber quem são”, afirma Souza. Entre os barracos, 24 correm risco de desabar. Principalmente os que estão nos pontos de erosão. A área especial das quadras 1 e 2, que fica em frente à rodovia

DF-095 e às margens do polígrafo da Petrobras, é uma das mais ameaçadas. Na temporada de chuvas de 2003, a água escorreu com tanta força em direção ao polígrafo, que o canal, instalado a mais de dois metros de profundidade, ficou à mostra. Depois disso, a estatal construiu um sistema de proteção e sinalizou o trecho que passa perto da invasão, transportando milhões de metros cúbicos de derivados de petróleo.

23/11/2005
P. A-27

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, quinta-feira, 23 de novembro de 2005 • 27

CIDADES

TERRAS PÚBLICAS

SivSolo mobiliza 220 policiais e servidores públicos para remover 40 pessoas de uma mesma família que ocupavam ilegalmente área na Estrutural. Sete moradores foram detidos e liberados em seguida

Invasores resistem à remoção

ARY FILGUEIRA
DA EQUIPE DO CORREIO

Dia tenso na Estrutural. Revoltados com a demolição de suas casas, cerca de 40 pessoas de uma mesma família se negaram a deixar os barracos que construíram na área especial da Quadra 4 da invasão, a Avenida Luiz Estevão, e tiveram de ser retiradas à força pela Polícia Militar. Sete moradores acabaram detidos, inclusive um menor de 14 anos, que foi conduzido à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). No início da tarde, todos foram liberados. Alguns deles, retornaram para o local, onde tornaram a protestar.

De acordo com o comandante da operação, o major do Sistema Integrado de Vigilância do Solo (SivSolo) Márcio Pereira da Silva, a área onde a família residia foi parcelada ilegalmente. Por isso, das 14 casas construídas no local, restaram apenas duas. Uma delas é do ex-vigilante Carlos Alberto Pereira, 50 anos. Ele é o único que tem permissão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) para ficar no lugar.

Carlos Alberto, que vive na área há 14 anos, negou que o local tenha sido invadido. Ele admitiu ter autorizado os parentes a se mudarem para a região. "Fiquei com pena deles, que não tinham moradia própria", explicou. "Mas, antes de

Marcelo Ferreira/CP



DAS 14 CASAS ERGUÍDAS NO LOCAL, APENAS DUAS FICARAM DE PÉ: A DO ÚNICO MORADOR AUTORIZADO E OUTRA QUE SERVE DE ESCOLA COMUNITÁRIA

cercar a terra, eu avisei para as autoridades competentes que fariam isso e ninguém proibiu."

A outra edificação poupada pelos 220 homens envolvidos na operação – entre policiais, bombeiros e funcionários de

órgãos do governo local – foi o Instituto de Educação Solidária. Sem fins lucrativos, a escola é mantida por doações e oferece cursos gratuitos para a comunidade, como alfabetização e aulas de reforço dadas por vo-

luntários. Lá, são atendidas cerca de 90 crianças. Mas ontem elas não apareceram porque estavam assustadas com a operação de retirada. "Foi um sufoco para chamar os merlins para a aula. Agora, teremos

de sair de casa em casa para explicar que aqui não será demolido", lamentava o professor Sebastião José de Medeiros.

Tumulto

Às 9h, policiais e funcionários

públicos estavam concentrados às margens da via Estrutural. Uma hora depois, teve início a remoção dos ocupantes. O grupo seguiu direto para a casa de uma enteada de Carlos Alberto. Filhos, genros e netos do ex-vigilante formaram uma barreira para impedir a entrada das equipes da Seduh e do SivSolo. A Polícia Militar, que estava com um contingente de mais de 100 homens, foi acionada.

Outros três enteados, uma nora e um genro de Carlos Alberto foram detidos e levados para o camburão da Polícia Civil. O enteado mais velho, Jeremias Nascimento da Silva, 32, teve de ser algemado pelos policiais. Casado com Fabiana Kelly de Alcântara, 22, e pai de duas crianças, o homem era o mais revoltado com a derrubada de sua casa. "E agora, onde vamos morar?", gritava. A mulher dele disse ter sido agredida pelos policiais.

À tarde, quando a situação parecia controlada, o clima tornou a ficar tenso por causa de um princípio de confusão entre moradores da Estrutural. Algumas pessoas aproveitaram a demolição para furtar material retirado das casas demolidas. Um deles quase foi atingido na cabeça por um pedaço de pau atremessado por um filho de Carlos Alberto. O rapaz, que é menor de idade, foi levado para a DCA. Mas foi liberado em seguida porque o vizinho não quis registrar ocorrência contra ele.

DEZEMBRO

13/12/2005

P. A25

ESTRUTURAL

Mirakle, Fama/VEB112.05



NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DA ESTRUTURAL, RUAS ESTREITAS, SEM ASFALTO, REDES DE ESGOTO E DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL TENDEM A DESAPARECER

E a favela começa a virar cidade

ADRIANA BERNARDES E MÁRIO COELHO
DA EQUIPE DO CORREIO

O processo de regularização da Vila Estrutural deve virar realidade até 2006. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Ibama) do Distrito Federal liberou ontem a Licença Prévia (LP) para que a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) inicie os estudos estruturais para o parcelamento do solo na segunda maior favela do DF. Segundo o gerente executivo do Ibama-DF, Francisco Palhares, a LP é necessária para que não faltem equipamentos comunitários – como escola, pronto-socorro e áreas de lazer.

Ibama e Terracap também assinaram ontem um termo de cooperação técnica para ações de proteção, defesa, fiscalização, controle e implantação de programas ambientais no DF.

Segundo o administrador da Estrutural, Mário André Carvalho, o lugar abriga 6,8 mil famílias. Há ainda 32 no setor de chácaras Santa Luzia, ao lado do Parque Nacional de Brasília, e outras 19 famílias nas chácaras da Cabeceira do Vale. "Sem a Licença Prévia não era possível fazer o projeto urbanístico e sem este projeto o Banco Mundial não liberava o empréstimo estimado em US\$ 57,6 milhões para as obras de infraestrutura", explicou Carvalho.

Urbanização

A presidente da Terracap, Maria Júlia Monteiro, afirmou que os técnicos da companhia iniciam nesta semana o projeto urbanístico da Estrutural. O estudo será feito em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh). Junto sairá o estudo de impacto ambiental (EIA). O trabalho vai definir o número de residências e habitantes que a Estrutural poderá ter sem danificar o meio ambiente.

Na Licença Prévia, o Ibama exigiu que o projeto urbanístico contemple 35% de áreas públicas, o lixo seja desativado e as ruas tenham largura suficiente para a passagem de caminhões

dos bombeiros e de coleta de lixo. Após o cumprimento das exigências, o parcelamento receberá a Licença de Instalação (LI) – ou seja, poderá ser fixado.

O Conjunto D da Quadra 1 é um exemplo de rua que pode desaparecer por ser muito estreita. O Conjunto A da Quadra 17 também será modificada. A rua está bloqueada por barracos e, de um lado, só há espaço para a passagem de um carro por vez – não é possível o trânsito de caminhões ou ônibus. "O caminhão de lixo não chega aqui. Os moradores da quadra de baixo não permitem que deixemos o lixo lá", explicou a dona-de-casa Roseane dos Santos Souza, 29 anos.